

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HENRIQUE KRAMER DA CRUZ E SILVA

DIREITOS SEXUAIS E MODELO PREVENTIVO OFICIAL PARA HIV/AIDS:

Ensaando uma política democrática para as sexualidades

CURITIBA

2014

HENRIQUE KRAMER DA CRUZ E SILVA

|

DIREITOS SEXUAIS E MODELO PREVENTIVO OFICIAL PARA HIV/AIDS:

Ensaizando uma política democrática para as sexualidades

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Leandro Franklin Gorsdorf

CURITIBA

2014

*Às afetadas*

## AGRADECIMENTOS

Aos grandes amigos e companheiros Mariana Tabuchi, Lawrence Estivalet, Hugo Simões, Andressa Bissolotti, Victor Romfeld, AndreThomazoni, Isabella Cunha, June Cirino, Cassiano Henrique, Raphael Portelinha, Matheus dos Santos, Ricardo Peixoto, Francisco Vitelli, Thiago Kokot, Matheus Mafra, AukaiLeisner e Augusto Salmon que rejeitam a desesperança, o cinismo dos vencedores, os prazeres miúdos e as pequenas virtudes, por poder compartilhar com vocês a indignação irreduzível e o sonho de um mundo novo;

Aos meus pais, Verginia e Laercio, e ao meu irmão Leonardo, meu porto, pelo exemplo e pelo amor incondicional;

À Bruna Palmeiro, amiga que 10 mil quilômetros não foram capazes de separar, pela certeza de tê-la para sempre comigo, onde quer que eu esteja;

Às mulheres da descendência de Emília Faustino da Cruz: Maria Francisca Ramos, Ana Rodrigues Severina, Juvina Faustino da Cruz, Viviane Ramos, Isabel Ramos, Roberta Ramos, Letícia Ramos e Marina Ramos, pelo carinho renitente;

A toda a militância do Coletivo Maio, do Jornal Germinal e do Coletivo Alicerce, pelo companheirismo e pela confiança que depositam nas lutas dos trabalhadores como única possibilidade para tornar possível o impossível;

Aos professores Leandro Franklin Gorsdorf e Ana Carla Harmatiuk Matos, pela paciência e pelo exemplo do obstinado propósito de construir um mundo justo.

*“Vós que beijais como toda a gente. Não é culpa vossa que haja doentes ou criminosos. Nada podeis fazer, dizeis, já que sois tolerantes. A vossa sociedade tratou-nos como um flagelo social para o Estado, como objetos de desprezo para os homens verdadeiros, como sujeitos terroristas para as mães de família. Estas mesmas palavras que servem para nos designar são os vossos piores insultos. Protegeis as vossas filhas e os vossos filhos da nossa presença, como se transportássemos a cólera. Afirmamos aqui que já chega. Que não mais nos chatearão, porque vamos perseguir o vosso racismo contra nós, até mesmo na linguagem. Dizemos mais: não nos contentaremos em nos defendermos. Nós vamos atacar.”*

Excerto do manifesto de fundação da Frente Homossexual de Acção Revolucionária (FHAR)

Paris, 1973

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o atual modelo preventivo oficial para HIV/aids, no Brasil, a partir da base ética e principiológica proposta para os direitos sexuais, na perspectiva dos direitos humanos. Levantamos a tese de que o modo como se estruturou tal modelo, a partir de um discurso disciplinador, no plano internacional e em suas adaptações regionais, são incompatíveis com o princípio da igualdade, da liberdade de expressão sexual e da não-discriminação. Para tanto, na primeira parte, busca-se resgatar o conteúdo de diversas instâncias de controle das sexualidades, mormente a religião e o direito, nas suas relações com a medicina, para evidenciar elementos destes discursos no modelo preventivo oficial para HIV/aids. Em seguida, traça-se um breve panorama dos direitos sexuais no âmbito das Nações Unidas e na América Latina sublinhando seu caráter ainda incipiente e insuficiente para construir um marco jurídico democrático para a sexualidade, em que pese o avanço recente, sobretudo entre os países da América do Sul. Por fim, analisa-se a emergência do discurso preventivo para HIV/aids e seus contornos disciplinadores.

Palavras-chave: sexualidade; direitos sexuais; HIV/aids

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. RELIGIÃO, DIREITO E O PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO DAS SEXUALIDADES.....</b>	<b>10</b>
1.1. Poder religioso e abominação das sexualidades dissidentes. ....	12
1.2. Direito e a interdição legal da diversidade sexual.....	22
<b>2. SAÚDE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS: PROMESSAS E DEBILIDADES DOS DIREITOS SEXUAIS .....</b>	<b>31</b>
2.1. A invenção dos direitos sexuais .....	32
2.2. O panorama dos direitos sexuais na arena internacional e no Brasil.....	38
2.3. Direitos sexuais para além do heterossexismo e do individualismo?.....	45
<b>3. HIV/AIDS, SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS: O CASO DO BRASIL.....</b>	<b>50</b>
3.1. O dispositivo da aids e o retorno da patologização: a criação do risco social.....	52
3.2. Movimento LGBT e políticas públicas de saúde no Brasil.....	56
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

O tema dos direitos sexuais ainda é marcado por lacunas, sobretudo no campo das ciências jurídicas. As disputas que acontecem em torno da legitimidade e do conteúdo dos direitos sexuais nos planos nacional e internacional, parecem contribuir fortemente para o lento avanço das pesquisas neste assunto. A forte presença de argumentos de ordem moral e religiosa, médico-científica e até mesmo argumentos “majoritários”, que insinuam a prescindibilidade dos direitos sexuais visto que gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans\*<sup>1</sup> seriam apenas cerca de 5% da população, buscam esvaziar de sentido o empreendimento da construção e consolidação dos direitos sexuais<sup>2</sup>. No entanto, nunca foi tão necessário fortalecer e aprofundar o debate acerca dos direitos humanos da população LGBT.

A visibilidade crescente das sexualidades e das identidades desviantes, em Paradas do Orgulho Gay que reúnem milhões de pessoas nas ruas de grandes cidades, em paralelo ao recrudescimento assustador da violência homofóbica, parecem reunir as condições necessária para refirmar a necessidade de estruturar um direito democrático das sexualidades.

No entanto, tateamos praticamente no escuro ao buscar por referenciais teórico-políticos que se dediquem a pensar não só os pressupostos ideológicos dos direitos sexuais, mas que empenhem esforços em, desde já, dar concretude, na forma dos direitos sociais e das políticas públicas, às demandas da população LGBT. Campo ainda adverso para os juristas, a sexualidade, que sempre foi objeto da interdição da lei, agora desafia o direito a lhe emprestar uma regulação que seja, antes de tudo, democrática.

Dentre as demandas por direitos, a demanda por atendimento médico e tratamento para as pessoas que vivem com HIV/aids parece não estar mais na pauta dos debates acadêmicos ou políticos desde meados dos anos 2000. A perda

---

<sup>1</sup>Visto que o termo “trans” pode significar a abreviação de palavras que representam identidades como travesti, transexual ou transgênero, e para evitar classificações excludentes, faz-se o uso do asterisco após a palavra “trans” de modo a transformá-lo em um termo guarda-chuva, que possa englobar diversas identidades.

<sup>2</sup> RIOS, Roger Raupp. Notas para o desenvolvimento de direito democrático da sexualidade. In: RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.



da “atualidade” da política para HIV/aids saiu de pauta porque o avanço da medicina afastou o temor de morte ou porque não mais interessa ativar o fantasma da aids, que hoje, atinge em sua maioria, jovens, mulheres, pobres?

O modelo oficial preventivo para HIV/aids continua, desde sua gênese, a operar tranquilamente os seus mecanismos de disciplina e controle. Entretanto, como afirma Richard Parker, a aparente superação do espectro de morte que rondava os corpos não se confirma com um olhar para a realidade. A vitória sobre o aids já é certa ou é apenas uma questão de gerenciamento de tecnologias, políticas, recursos? Ou será que os tópicos moralizantes das políticas públicas para HIV/aids, que dissociam prazer e responsabilidade, já não são mais capazes de exercer sobre os corpos jovens o controle que há trinta anos era exercido?

Este trabalho não pretende responder a estas questões mas, tão somente, contribuir com este debate necessário elencando alguns elementos.

## 1. RELIGIÃO, DIREITO E O PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO DAS SEXUALIDADES

Adentrar a discussão acerca da conformação do atual “modelo preventivo oficial para HIV/aids”, e sobre o matiz que este adquire localmente no Brasil, requer, de antemão, uma análise mais detida sobre o processo de normalização das sexualidades marginais/dissidentes/disparatadas. Entende-se, portanto, ser necessária a exposição do conteúdo de alguns conceitos e categorias, bem como de alguns processos históricos, que se entende serem de fundamental importância para a compreensão da análise que será empreendida mais adiante acerca do conjunto de procedimentos e marcos teóricos e metodológicos formulados no interior do Programa Conjunto de aids das Nações Unidas (UNAIDS) e também do Programa Nacional de aids. Este capítulo pretende, portanto, localizar e sistematizar conceitos e categorias centrais para a compreensão do processo de estigmatização e marginalização das relações entre pessoas do mesmo sexo e o retorno da patologização das identidades gays, lésbicas e trans\*, reativado pelo dispositivo da aids das últimas duas décadas<sup>3</sup>.

Entretanto, antes de traçar o quadro geral em que se insere a forma da opressão específica a que estão submetidas e submetidos gays, lésbicas e pessoas trans\*, cabe destacar o modo como se configura tal opressão. Nesse sentido, entende-se que a normalização sexual tem caráter evidentemente *processual*, tanto em sua dimensão individual como social. Em outras palavras, isto implica dizer que, em que pese seja possível enunciar de forma abstrata e estática a norma sexual dominante, há que se reconhecer que a normalização das sexualidades é um processo e, como tal, está sujeita a constantes adaptações e revisões<sup>4</sup>. Não basta, pois, apenas denunciar o sentido patologizante do modelo preventivo para HIV/aids mas é necessário também salientar o cunho assimilacionista que este modelo tem adquirido ao longo das últimas duas décadas. Entende-se, assim, que a compreensão deste processo será mais completa e adequada na medida em que as

---

<sup>3</sup> MISKOLCI, Richard. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay”. *Cadernos Pagu*, nº 28, jan-jun/2007. Campinas: Unicamp, pp. 110.

<sup>4</sup> NICOLAS, Jean. *La cuestión homossexual*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982, p. 23.

categorias e conceitos que a seguir serão enunciados, sejam historicizados e contextualizados.

Ademais, o processo de normalização das sexualidades é resultado de múltiplos fatores sociais, históricos e econômicos. Isso significa que a preeminência de uma forma de sexualidade em detrimento de outras – ou seja, da heterossexualidade como norma –, elemento central da ordem sexual vigente, não se deve somente a categorização médica ou a classificação “teológica” em que foram enquadradas a homossexualidade masculina, feminina, a bissexualidade e a as identidades trans\*. Diversos discursos e práticas concorreram e concorrem para reiterar e a hierarquia entre as sexualidades.

A dominação sobre o sexo e sobre as sexualidades, portanto, não pode ser compreendida de modo unilateral, somente termos de “repressão”, como afirma Michel Foucault, em “A vontade de saber”. Ainda que persista, desde o século XVIII, certa forma de experimentar a sexualidade, que é caracterizada, por Foucault, como burguesa e vitoriana, calcada na repressão sexual e que organiza as “sexualidades ilegítimas” por meio da interdição, do silenciamento acerca de suas manifestações e da negação de sua existência, não é suficiente explicar a dominação da sexualidade sob a sociedade capitalista a partir, somente, desta tese.

Para Foucault, é inegável o fato de que a ascensão da burguesia ao poder representou também a consolidação de uma dominação mais severa das sexualidades. Como descreve, na época da burguesia vitoriana,

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro da casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo<sup>5</sup>.

Entretanto, Foucault não toma como fundamento para a dominação das sexualidades esta que ele chama de “tese repressiva”: “não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. trad: Maria Thereza Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006, 17ª ed. p.9.

dito sobre o sexo a partir da Idade Moderna”<sup>6</sup>. Do mesmo modo pretende-se proceder neste trabalho: buscar-se-á localizar qual o papel local e tático das diversas instâncias reguladoras no processo de normalização das sexualidades sem perder de vista o caráter hipócrita do discurso acerca da sexualidade que emerge sob o capitalismo: ao passo em que impões uma repressão em torno do vocabulário sobre o sexo, incita discursos acerca da sexualidade que culminaram na conformação de um *scientia sexualis*. Portanto, o esforço empreendido será de compreender a malha de regulações que incidem sobre a sexualidade considerando a interdependência de seus aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, etc. e tendo em vista a principal descoberta enunciada por Foucault: “o sexo não se julga apenas, administra-se”.

Dar-se-á destaque, assim, a três “discursos” que buscaram deslegitimar sexualidades não hegemônicas frente à norma sexual ao produzirem poder, ao interditarem formas de sexualidade, e ao produzirem saberes, disseminando e provocando falsas percepções, quais sejam: o discurso religioso judaico-cristão, o discurso jurídico e o discurso médico. Entende-se que estes três discursos convergiram, de modo especial, para amoldar a homossexualidade na modernidade.

## 1.1 PODER RELIGIOSO E ABOMINAÇÃO DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES

Nas palavras de Daniel Borrillo, a homossexualidade teve o terrível privilégio de, durante séculos, ser combatida como pecado, crime e doença<sup>7</sup>. Na medida em que a gays e lésbicas passaram a constituir “personagens”, “tipos”, “estereótipos” capazes de ameaçar, respectivamente a ordem divina, a ordem social e a ordem sanitária, desenvolveram-se respostas a estas sexualidades dissidentes: morte, excomunhão, prisão, internamento, terapia. Ou seja, este conjunto de ideias, que

---

<sup>6</sup>FOUCAULT, M. *Obra citada*.p. 18.

<sup>7</sup> BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 41.

analiticamente são apresentados de forma separada, compõe, ainda nas palavras de Borrillo, “uma unidade relativamente sistemática e com finalidade normativa”<sup>8</sup>. A homofobia, portanto, além de ser composta por discursos que promovem a heterossexualidade e desvalorizam e deslegitimam sexualidades dissidentes, também se constitui como um projeto político.

Estas três dimensões, religiosa, jurídica e médica em que as sexualidades foram enfrentadas foram genericamente abrigadas sob a categoria de “homofobia”. No entanto, a “homofobia”, termo usualmente utilizado para englobar uma série de oposições a orientações sexuais e identidades de gênero divergentes da norma heterossexual, ela mesma possui uma própria “história”.

Nem sempre à existência de práticas homossexuais corresponderam discursos e práticas que buscassem deslegitimá-las, desqualificá-las, combatê-las. Em algumas formações sociais as práticas homossexuais coexistiam legitimamente com outras práticas sexuais. O mundo greco-romano, especialmente, a civilização grega antiga, reconhecia com legitimidade as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, especialmente entre homens. Do mesmo modo, como relatam Peter Fry e Edward McRae, manifestações de homossexualidade foram verificadas entre índios Guaiáqui, no Paraguai<sup>9</sup>.

Na Grécia Antiga, por exemplo, as relações sexuais entre homens cumpriam função, sobretudo, iniciática<sup>10</sup>. A afeição entre um homem adulto e um jovem, por exemplo, era legítima e denominada *pederastia*. Nas palavras de Foucault, “a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento”<sup>11</sup>. De outro modo, também legítimo, as relações erótico-afetivas entre homens cumpriam uma função militar. Em outras palavras, colocar lado a lado, num campo de batalha, dois companheiros do mesmo sexo, em tese, inspiraria em ambos condutas heroicas<sup>12</sup>. Isto nos permite constatar que as práticas homossexuais se desdobravam no âmbito social de modo diverso do que hoje se verifica.

<sup>8</sup> BORRILLO, D. *Obra citada*. p.64.

<sup>9</sup> FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 7.

<sup>10</sup> BORRILLO, D. *Obra citada*.p. 45.

<sup>11</sup> FOUCAULT, M. *Obra citada*. p. 70.

<sup>12</sup> Idem, p. 46.

Esta relativa “tolerância”, que vigia em diversas formações sociais no que tange ao sexo parece ser verificada também em períodos mais recentes. Como constata Foucault, antes do século XIX, o discurso em torno das práticas sexuais tinha caráter diverso daquele que por ele é analisado:

“(...) no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX”<sup>13</sup>.

Por óbvio, seria inadequado observar retroativamente a existência de manifestações homossexuais em formações sociais pretéritas e pretender classificá-las na mesma categoria da homossexualidade “moderna”. Do mesmo modo que uma problematização mais séria acerca da homossexualidade só surgiu a partir XIX e que, portanto, as práticas homossexuais na Grécia ou entre os índios no Paraguai de modo algum configuravam uma identidade própria, não é possível afirmar a existência de um conjunto coeso de ideias e práticas que se pudesse nomear de homofobia. Não havia nestas formações a figura do sodomita, ou do homossexual ou do gay.

Diz-se isto porque é evidente que não foram extraídas das culturas do universo antigo os elementos de uma ideologia homofóbica e heterossexista que mais tarde viriam a compor a *scientia sexualis* enunciada por Foucault. Pelo contrário, como afirma Borrillo, “os elementos precursores de uma hostilidade contra lésbicas e gays emanam da tradição judaico-cristã”<sup>14</sup>. É nesta tradição de pensamento que serão encontrados os primeiros argumentos em favor da inferiorização e da segregação dos homossexuais, situando suas práticas à margem da Salvação e à margem da Natureza<sup>15</sup>.

A moral sexual da tradição judaico-cristã apoia-se basicamente na tese da superioridade masculina, que constitui, conseqüentemente, o principal elemento legitimador da estrutura patriarcal defendida por esse conjunto de ideias. Como explica Valéria Busin, este fundamento patriarcal sustenta-se pela ideia de um Deus-Pai, todo poderoso, e de um Filho-homem, que salva a humanidade do pecado

<sup>13</sup> FOUCAULT, M. *Obra citada*. p. 9.

<sup>14</sup> BORRILLO, D. *Obra citada*. p. 43.

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*.

original cometido por uma mulher, que nas narrativas bíblicas é personificada em Eva<sup>16</sup>. As interpretações do livro do Gênesis, em que é narrada a queda do homem diante do pecado, apontaram a mulher como responsável originária pela corrupção da moral da humanidade. No entanto, em diversos trechos de outros livros que compõe a Bíblia, empreendeu-se a tarefa de legitimar a dominação masculina sobre as mulheres. De Salomé, mulher tida pela doutrina cristã como responsável pela morte do profeta João Batista, a Maria Madalena, mulher que se prostituía e que foi acolhida do seio de uma comunidade por Jesus Cristo, os retratos de figuras femininas na Bíblia buscam legitimar a necessária submissão das mulheres aos homens dada a culpa original daquelas.

Em decorrência da necessária subordinação das mulheres aos homens em razão da culpa daquelas no pecado original, segundo a doutrina judaico-cristã, a mulheres seriam afligidas por uma série de sofrimentos em retribuição, em especial o peso de suportar a dor do parto<sup>17</sup>. Estas ideias intentaram, evidentemente, enrijecer a divisão sexual entre homens e mulheres. Como argumenta Luiz Mott, esta rigidez dos papéis defendida nos escritos sagrados lidos por judeus e cristãos, decorreu também as circunstâncias geográficas e climáticas que circundavam o povo hebreu, etnia do qual são oriundos os primeiros profetas judeus e cristãos a enunciarem as bases morais de suas religiões. Assim, é possível compreender a severidade da moral sexual judaico-cristã se a inserirmos em seu contexto histórico: a luta pela sobrevivência demográfica de uma etnia próxima a desaparecer após sua libertação do Egito:

Num mundo de extrema violência como era o cenário bíblico na Antigüidade – consulte-se o Livro de Josué como ilustração – aquele bando de pastores nômades desenvolveu códigos de sociabilidade e papéis sociais fortemente hierarquizados e rudes, pois a segurança e a sobrevivência das mulheres, crianças, dos anciãos e rebanho, dependiam vitalmente da força física individual e coletiva dos machos adultos. Tornou-se crucial o fortalecimento e dureza do papel de gênero masculino, a rígida divisão sexual, de um lado o mundo dos superhomens, ligado às armas, à guerra, ao enfrentamento do mundo hostil; do outro, o mundo feminino, submisso, doméstico, voltado para a prole, recluso<sup>18</sup>

<sup>16</sup> BUSIN, Valéria. Religião, Gênero e Diversidade Sexual: Refletindo Sobre Violência Simbólica e Exclusão. In: COSTA, Horácio (et al) (org.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 817.

<sup>17</sup> Idem, p. 818.

<sup>18</sup> MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, São Paulo, n.49, março/maio 2001. p. 45.

A condenação de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo deriva, pois, exatamente do fato de que estas práticas podem, potencialmente, por em questão esta rígida divisão de papéis sexuais. Ora, sob esta perspectiva, um homem que trava relações sexuais com outro homem não estaria “abdicando” dos privilégios dos quais o masculino goza na tradição judaico-cristã em razão da ordem divina – sobretudo a preeminência do homem dado o papel que este assume, na função do profeta como mediador entre o sagrado e o humano, como o sujeito que acessa o canal de diálogo com o Deus-Pai – e igualando-se a uma mulher, sujeito acometido de uma grave incontinência moral, manchada desde sua gênese pelo pecado?

Entretanto, no interior da tradição judaico-cristã a condenação da homossexualidade, sobretudo a masculina, funda-se em razões que remetem a um controle mais vertical das práticas sexuais do que a mera vigia das fronteiras entre o masculino e o feminino. É preciso ressaltar, nesse sentido, que a condenação da homossexualidade era acompanhada da condenação de outras práticas sexuais, notadamente do “onanismo” e da masturbação (especialmente a masculina), mas também do “bestialismo”. A censura imposta a práticas sexuais não reprodutivas, como as supracitadas, liga-se diretamente a reprovação das condutas de sujeitos que parecem negar a ordem divina expressa no “crescei e multiplicai-vos”, tarefa da qual o Pai incumbiu a descendência de Abraão. Desse modo, a repressão à prática do sexo não reprodutivo, na lógica judaico-cristã, expressa a veemência com que se reprovam aqueles que desrespeitam a ordem divina e natural, aqueles que se negam a realizar a tarefa de povoar o mundo com filhos de Deus. Como sintetiza Borrillo: “a sexualidade não reprodutora – e em particular, a homossexualidade, forma paradigmática do ato estéril por essência – constituirá, daí em diante, a configuração mais acabada do pecado contra a natureza”<sup>19</sup>.

Como esclarece Mott, o combate intransigente do sexo não reprodutivo manifesta a filiação do judaísmo e do cristianismo a um projeto demográfico expansionista, empreendido, de modo pioneiro, pelos hebreus:

Segundo ensina a etnodemografia, podemos dividir as diferentes sociedades humanas em dois grandes complexos no que tange a seu

---

<sup>19</sup> BORRILLO, D. *Obra citada*.p. 45.



projeto civilizatório: de um lado as culturas pró-natalistas, que estimulam a procriação, aspiram à longevidade máxima, reprimem e diabolizam o sexo não reprodutivo, canalizando toda a energia sexual para a multiplicação máxima da espécie; do outro, as sociedades antinatalistas, que limitam os nascimentos, estimulam práticas anticoncepcionais, abortíferas ou mesmo o infanticídio, onde o sexo visa primordialmente o prazer e não a reprodução. Nós, os povos espiritualmente descendentes de Abraão, judeus, cristãos e muçulmanos, somos herdeiros típicos da ideologia demográfica pró-natalista, onde a religião e a moral ensinam que o sexo se destina precipuamente à reprodução, tendo como base a ordem do Divino do Criador: “crescei e multiplicai-vos”.<sup>20</sup>

Diversas passagens bíblicas manifestam repúdio a práticas sexuais não reprodutoras e, em consequência disto, evidenciam este conteúdo “pró-natalista” da doutrina judaico-cristã. Destacam-se entre elas alguns versículos do livro de Levítico, do Antigo Testamento, do qual a doutrina mais conservadora e literalista extrai a necessidade de condenação da homossexualidade na forma de *pecado*. Buscando reiterar este paradigma do pecado, recorre-se, mormente, ao constante no capítulo 18, versículos 22 e 23 daquele livro: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isso é uma abominação. Não terás comércio com um animal, para te contaminares com ele. Uma mulher não se prostituirá a um animal: isso é uma abominação”<sup>21</sup>. Outra passagem emblemática e que explicaria o fato de gays e lésbicas estarem fadados a “danação eterna” são os versículos 9 e 10 do capítulo 6 da Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios, do Novo Testamento:

Acaso não sabeis que os injustos não hão de possuir o Reino de Deus? Não vos enganeis: nem os impuros, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os devassos, nem os ladrões, nem os avaros, nem os bêbados hão de possuir o Reino de Deus<sup>22</sup>.

Em resumo, pode-se concluir que a tradição judaico-cristã, ao sistematizar um conjunto de ideias que articulou um verdadeiro interdito as homossexualidades, ajudou a traçar, a partir da dicotomia santificados-pecadores, outra dicotomia que faria emergir, mais adiante, o homossexual como “personagem”, da oposição entre heterossexualidade e homossexualidade.

<sup>20</sup> MOTT, L. *Obra Citada*. p. 44.

<sup>21</sup> BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Versão Ave-Maria. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006. Edição Claretiana.

<sup>22</sup> Idem.

No entanto, seria errôneo supor que a doutrina desta tradição, sistematizada em seus textos sagrados há mais de dois mil anos, fosse capaz de atravessar este longo período histórico sem que se servisse de algumas adaptações. Com isto se quer dizer que as formas que assume esta “homofobia religiosa” modificaram-se ao longo do tempo. Partindo do apedrejamento aos sodomitas, previsto pela Lei Judaica, da morte na fogueira estipulada como pena aos homossexuais passivos pelo Código Teodosiano, numa Roma em processo de cristianização, passando pelas sanções impostas pelas Inquisições durante a Idade Média, hoje, as formas de interdição levadas a cabo pelo judaísmo e pelas diversas igrejas cristãs assume contornos diferentes. Como sublinham Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira, a “homofobia religiosa” manifesta-se de maneira plural, com formas de marginalização, exclusão e segregação mais ou menos diretas<sup>23</sup>.

Por óbvio ainda sobrevive intacta no interior da doutrina oficial da Igreja Católica a concepção de que a homossexualidade viola a lei natural. Como afirma o Catecismo da Igreja Católica em sua última edição, de 1992:

A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua génese psíquica continua em grande parte por explicar. **Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que “os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados”.** São contrários à lei natural, fecham o acto sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afectiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados<sup>24</sup>. (grifo nosso)

Mantém-se, portanto, a condenação à homossexualidade. No entanto, paulatinamente, vem surgindo no entre amplos setores da Igreja Católica tendências a atenuação no grau desta condenação eclesiástica. Esta atenuação da rejeição da homossexualidade, mormente do indivíduo homossexual, assume a forma, novamente enunciada por Natividade e Oliveira, de uma *homofobia pastoral*<sup>25</sup>. Esta

<sup>23</sup> NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religiões e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, nº 2, 2009, pp. 121-161.

<sup>24</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1992. Disponível em: [http://www.vatican.va/archHive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s2cap2\\_2196-2557\\_po.html](http://www.vatican.va/archHive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html). Acesso em: 12/10/2014.

<sup>25</sup> NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. *Obra citada*. p. 129.

forma de homofobia religiosa estimula práticas de cuidado pastoral e de ajuda mútua entre grupos, direcionadas a pessoas que *estão* homossexuais. Segundo os autores, em lugar da segregação dos indivíduos ou de sua eliminação física, a homofobia pastoral propõe o *acolhimento* de pessoas homossexuais. Esta perspectiva do acolhimento visa incorporar estas pessoas aos cultos, à comunidade e, finalmente, reconduzi-las ao caminho da heterossexualidade, vez que este processo de acolhimento ajuda a desencadear a libertação destas pessoas de sua homossexualidade através da regeneração moral<sup>26</sup>.

Embutida nas práticas de acolhimento está a concepção de que a homossexualidade não constitui uma identidade. Esta “condição sexual” é transitória e significa, meramente, uma marca na trajetória pessoal do indivíduo, um sintoma de uma vida que se afastou do modelo de vida de um cristão. Desta concepção decorrem também as táticas utilizadas para apagar este sintoma que são basicamente a cura e a terapia.

Não à toa, os enunciados seguintes do Catecismo afirmam, quanto a homossexualidade que

Esta propensão, objectivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. Devem ser **acolhidos** com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta. **Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.** As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. **Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, e, às vezes, pelo apoio duma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.**(grifos nossos)<sup>27</sup>.

Como sublinham os autores citados acima, o discurso da acolhida “encobre estratégias de sujeição voltadas a uma reestruturação da subjetividade dos sujeitos, que acolhe as pessoas homossexuais para transformá-las”<sup>28</sup>, ou seja, para “reorientar” suas vidas de acordo com o ideal de “perfeição cristão”. Ademais, “estas posturas pastorais de acolhida podem ser interpretadas como uma estratégia política

<sup>26</sup> NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. *Obra citada*. p. 129.

<sup>27</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1992. Disponível em: [http://www.vatican.va/archHive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s2cap2\\_2196-2557\\_po.html](http://www.vatican.va/archHive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html). Acesso em: 12/10/2014.

<sup>28</sup> Idem.

higienista, que não atinge os sujeitos diretamente com a ameaça de morte, mas obstrui e antagoniza formas de exercício da vida consideradas indesejáveis”<sup>29</sup>.

Dada a consolidação desta tendência adotada pela Igreja Católica no trato das questões atinentes a homossexualidade<sup>30</sup>, não deve causar surpresa a naturalidade com que foi apresentado, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Decreto Legislativo (PDC nº 234/2011) que pretendia sustar dispositivos fundamentais da Resolução 001/99, do CFP - Conselho Federal de Psicologia. Essa resolução do CFP vedava a aplicação de práticas de “reparo” ou de “conversão” nos tratamentos de pacientes homossexuais e, no entendimento expresso pelo deputado federal João Campos (PSDB/GO), “extrapolou seu poder regulamentar” usurpando prerrogativa do Poder Legislativo ao emitir tal resolução.

Entretanto, em que pese o autor do projeto tenha se valido estritamente de argumentos jurídicos na fundamentação de sua proposta, entende-se, no mesmo sentido do parecer sobre o PDC nº 234/2011 emitido pelo Conselho Federal de Psicologia, que o uso de argumentos estritamente jurídicos “assinalam, tão-somente, o meio menos oneroso para evitar o debate de mérito sobre práticas obscuras e violadoras dos direitos humanos que a Resolução nº 001/99 do CFP, em muito boa hora, tratou de coibir”<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. *Obra citada*. p. 130.

<sup>30</sup> A posição acerca da necessidade de uma postural pastoral no trato das questões que atinem a homossexualidade está consolidada no documento oficial da Cúria Romana chamado “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais”, de 1º de outubro de 1986, editado pela Congregação para a Doutrina da Fé, que substituiu, em suas funções, a Santa Congregação do Santo Ofício. O documento prescreve o atendimento pastoral e sugere claramente a possibilidade de “abandono” da homossexualidade através do método pastoral: “11. Alguns afirmam que a tendência homossexual, em certos casos, não é fruto de uma opção deliberada e que a pessoa homossexual não tem outra alternativa, sendo obrigada a se comportar de modo homossexual. Por conseguinte, afirma-se que, em tais casos, ela agiria sem culpa, não sendo realmente livre. (...) Em todo caso, deve-se evitar a presunção infundada e humilhante de que o comportamento homossexual das pessoas homossexuais esteja sempre e totalmente submetido à coação e, portanto, seja sem culpa. Na realidade, também às pessoas com tendência homossexual deve ser reconhecida aquela liberdade fundamental que caracteriza a pessoa humana e lhe confere a sua particular dignidade. *Como em toda conversão do mal, graças a tal liberdade, o esforço humano, iluminado e sustentado pela graça de Deus, poderá permitir-lhes evitar a atividade homossexual.* (grifo nosso). CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. “Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais”. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19861001\\_homossexual-persons\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homossexual-persons_po.html). Acesso em 12/10/2014.

<sup>31</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Parecer sobre o PDC nº 234/2011. Relativo ao parecer do deputado Roberto Lucena (PV/SP) – Comissão de Seguridade Social e Família. Parecer de 12 de

A polêmica que se instaurou na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, entre maio de julho de 2013, quando o projeto foi levado a apreciação daquela comissão, então presidida pelo deputado Marco Feliciano, desvelou uma série de argumentos extrajurídicos que motivam a defesa fervorosa de alguns parlamentares pela aprovação do PDC nº 234/11, que ficou conhecido como projeto da “cura gay”. Recorrente entre os argumentos contrários a Resolução 01/99 do CFP é a alegação de que a homossexualidade é uma “escolha” e que, como decisão livre, pode ser desfeita a custo de submissão a uma moral sexual mais rígida. Vejamos: em entrevista a revista *Veja*, em março de 2013, o deputado federal Marco Feliciano afirma: “A minha formação cristã me ensina que o ato homossexual é errado, que é pecado. Eu não aceito o ato, mas aceito o homossexual. (...) O homossexual é uma pessoa. Como pessoa eu o respeito, eu tenho carinho por ele”. Mas quando perguntado se a Igreja da qual fazia parte “convertia”, o deputado declara: “Existe o caminho do retrocesso. Ou melhor, da *conversão*. Retrocesso é horrível. Quero dizer, o *caminho da conversão, de voltar atrás*.”<sup>32</sup>(grifo nosso). Esta ilustrativa declaração do ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias evidencia que a pseudo-ciência que alguns psicólogos fazem ao assumir a possibilidade de abandono da homossexualidade está, em verdade, alicerçada sobre argumentos de cunho moral e religioso.

Deste debate ocorrido na Comissão de Direito Humanos e Minorias extrai-se, ainda, uma constatação quanto a caracterização dos setores que ajudam a proliferar este discurso sobre as sexualidades. Como bem ressaltam Natividade e Oliveira, “parece haver uma problematização da diversidade sexual menos intensa em discursos católicos”<sup>33</sup> ao passo que constata-se uma proliferação muito rápida de discursos sobre sexualidades e diversidade sexual entre evangélicos. Assim, em que pese, tenha sido ressaltado o papel central que a Igreja Católica assumiu na permanência e no reforço do discurso condenatório do sexo não reprodutivo nos últimos dois mil anos, observa-se que, no Brasil, desde os anos 80, são as igrejas

---

abril de 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/confira-o-parecer-contrario-ao-pdc-234/parecer-pdc-234-final/>. Acesso em 13/10/14.

<sup>32</sup>SETTI, Ricardo. *MARCO FELICIANO: “VEJA” entrevistou o controvertido deputado-pastor*. Revista *Veja* On-line, Blog do Ricardo Setti, 21 de maio de 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/veja-entrevistou-o-controvertido-deputado-pastor-marco-feliciano-leia-e-chegue-as-suas-proprias-conclusoes/>. Acesso em 13 de outubro de 2014.

<sup>33</sup> NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. *Obra citada*. p. 134.

neopentecostais (ou evangélicas) que capitaneiam a ofensiva de uma moral conservadora em nosso país, de modo especial a partir do Congresso Nacional<sup>34</sup>. Como bem destaca Luiz Fernando Dias Duarte:

(...) a religiosidade frouxa, complexa, sincrética, característica das classes populares até os anos 1980, vem sendo avassalada por um empreendimento de reavivamento cristão completamente inesperado, centrado nas denominações pentecostais. Esse reavivamento afetou as posições das igrejas estabelecidas, ocupou espaços do catolicismo popular e dos cultos afro-brasileiros, e passou a ocupar posições fortes no mundo público, reivindicando a adoção de barreiras explícitas à liberalização dos costumes.<sup>35</sup>

Em síntese, há que se ter em mente que a *homofobia religiosa*, suas bases e o modo como se configurou mundialmente com a hegemonia ocidental da tradição judaico-cristã e, mais contemporaneamente, como ela se expressa no Brasil são de fundamental importância para a compreensão do caráter assimilacionista do “modelo oficial preventivo para HIV/aids” em sua configuração nacional. Tem-se em vista que desde que colonização portuguesa este país esteve sob a hegemonia da Igreja Católica e que esta hegemonia tem influência marcante nas esferas políticas e sociais, sobretudo na codificação e normatização da esfera moral, especialmente da moral sexual. Esta influência de setores religiosos conservadores sobre as instituições públicas no Brasil contribuirá para a se compreender o estado atual das políticas públicas para a promoção dos direitos sexuais no âmbito nacional.

## 1.2 DIREITO E A INTERDIÇÃO LEGAL DA DIVERSIDADE SEXUAL

<sup>34</sup> Com pautas como ataque a descriminalização do aborto e ao casamento civil entre pessoas o mesmo sexo, a chamada bancada evangélica no Congresso Nacional elegeu em 2010, segundo dados do DIAP – Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar, 73 parlamentares – 70 deputados federais e 3 senadores – de 16 partidos e oriundos de cerca de 24 igrejas diferentes. Apesar de alguns analistas políticos questionarem o grau de organicidade interna da bancada, o fato é que estes parlamentares já se apresentaram publicamente como “Frente Parlamentar Evangélica” e tem uma base programática mínima que legam ser a defesa da vida e da família. (Disponível em [http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14637&Itemid=296](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637&Itemid=296). Acesso em 24/10/2014).

<sup>35</sup> DUARTE, Luiz Fernando Dias. Desejo e Diferença - à guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p. 10.

Como bem sintetiza Roger Raupp Rios, “tradicionalmente, o direito foi produzido como instrumento de reforço e conservação dos padrões morais sexuais majoritários e dominantes. Vale dizer, o direito atuou confirmando determinadas relações e práticas sexuais hegemônicas”<sup>36</sup>. Para exemplificar esta relação de interdição, mas também de controle que os ordenamentos jurídicos estabelecem com a sexualidade, basta citar o papel do direito na reafirmação da família nuclear e a criminalização da homossexualidade. Esta dupla face do domínio sobre as sexualidades, interdição e controle, que também é sustentada pelo direito, apresenta-se, paralelamente, no interior dos ordenamentos jurídicos modernos. Quer-se dizer, com isto, que o direito não atua sobre as sexualidades apenas como mecanismo de interdição, mas também com mecanismo de controle.

Como explica Foucault, o discurso sobre o sexo e sobre a sexualidade a partir do século XVIII altera-se substancialmente com relação aos momentos anteriores. Mas Foucault não só constata essa alteração no discurso, como atenta para a insuficiência dos métodos que pretendam analisá-lo partindo exclusivamente do pressuposto de que, na modernidade, a sexualidade foi reprimida, censurada, silenciada. Foucault acrescenta a esse pressuposto a proliferação dos discursos sobre a sexualidade durante a modernidade. O filósofo francês fala, especificamente, que houve uma “majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo”. Afirma, ainda, que “focalizou-se o discurso no sexo, através de um *dispositivo* completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação de uma lei de interdição”. Não se poderia, então, falar estritamente na repressão da sexualidade sem levar em conta que a consolidação da burguesia como classe dirigente do capitalismo trouxe consigo a “polícia do sexo”, uma variedade de instâncias e mecanismos que visam “administrar”, “controlar”, “regular”, “gerir” o sexo e não somente o proibir. Em suma, para dimensionar o domínio sobre a sexualidade numa determinada formação social não é suficiente buscar pela vigência ou não de uma lei penal que incrimine a homossexualidade. Há que se buscar também pelas diversas instâncias de controle que produzem discursos, verdade e poder sobre o sexo.

---

<sup>36</sup> RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. Amazônica – Amazônica - *Revista de Antropologia*, Vol. 3, Nº 2, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/781/1086>. Acesso em 15/10/2014. p. 291.

Historicamente, a estratégia do direito na dominação das sexualidades, foi, sobretudo a estratégia do interdito. Mas, como Foucault ressalta, a emergência da *scientia sexualis* acentuou a importância da norma em detrimento do “sistema jurídico da lei”<sup>37</sup>. Com essa afirmação o pensador não diz que o papel da lei e do sistema de justiça se atenuou a ponto de desaparecerem. Pelo contrário, fala-se desta vez numa “simbiose” entre diversos discursos: “a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são, sobretudo reguladoras”<sup>38</sup>.

Assim, apesar da estratégia de criminalização permanecer como a única resposta estatal a homossexualidade no século XIX, e disso depreender-se que a lei continua ocupando papel relevante na interdição das sexualidades desviantes, cada vez mais a atuação da medicina ganha espaço no exame das causas, efeitos e curas. Como ressaltam Fry e MacRae, “são os médicos que vão reivindicar sua autoridade para falar a verdade sobre a sexualidade e são eles os agentes da gradual transformação da homossexualidade de ‘crime’, ‘sem-vergonha’, e ‘pecado’, para ‘doença’ ao longo dos anos que se seguem”<sup>39</sup>.

A integração da lei a outros aparelhos, portanto, não exclui o papel central que a medicina passou a desempenhar no campo da sexualidade. Contudo, esta passagem de “crime” a “doença” não se deu automaticamente e é marcada por rupturas e continuidades.

Nos primeiros momentos, a ciência médica e, mais especificamente a medicina-legal, passou a funcionar como um saber auxiliar na interdição legal da homossexualidade em substituição ao fundamento moral religioso que sustentava a existência de uma série de regras para o exercício da sexualidade. Esta passagem de uma integração orgânica entre o direito e a religião a um entrosamento, também orgânico, entre direito e medicina, é concomitante a crescente autoridade que o discurso médico-científico ganha nas sociedades capitalistas na delimitação das fronteiras entre o saudável e o doente.

---

<sup>37</sup> FOUCAULT, M. *Obra citada*. p. 156.

<sup>38</sup> FOUCAULT, M. *Obra citada*. p. 157.

<sup>39</sup> FRY, P.; MACRAE, E. *Obra citada*. p. 61.



Cabe ressaltar, entretanto, que o espaço que a “medicina legal” ocupa como ciência auxiliar ao direito na criminalização da homossexualidade é aberto, principalmente, pela ascensão da burguesia ao poder, a classe que dirigiu grande parte das revoluções no século XIX, e do liberalismo político, desdobramento histórico do Iluminismo, como sua proposta política para as sociedades. Em outras palavras, quer-se dizer que as revoluções burguesas na Europa Ocidental deram os primeiros passos na extinção dos “crimes contra a natureza”, dos “crimes imaginários”, do pecado como fundamento para a reprimenda penal<sup>40</sup>.

Como ressalta José Reinaldo de Lima Lopes, já havia nos ordenamentos jurídicos a distinção entre o pecado e o crime<sup>41</sup>. Esta distinção ajudava a definir, por exemplo, os limites das jurisdições eclesiástica e civil. Mas assim como não se pode dizer que as revoluções burguesas instituíram a separação entre crime e pecado, não se pode dizer também que expurgaram do direito a moral judaico-cristã.

Borrillo narra que “a Revolução Francesa pôs termo à condenação da sodomia: inspirado na filosofia das Luzes, o Código Penal de 1791, assim como o de 1810, cessam de incriminar os costumes contra a natureza”<sup>42</sup>. O mesmo se passa no Brasil, onde a referência a “sodomia” foi suprimida em 1830 já com o Código Criminal do Império. Essa tendência das codificações modernas expressava a influência do ideário iluminista na construção dos ordenamentos jurídicos modernos à época. A valorização da liberdade de consciência e da autonomia moral dos sujeitos orientava a opção por silenciar sobre a conduta de homens e mulheres que se engajavam em práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. O Código Criminal do Império foi considerado como marco de legislações progressistas por ter revogado o Livro V das Ordenações Filipinas. Como destaca Silvano Andrade de Bonfim, todas as Ordenações do Reino de Portugal – Afonsinas, Manuelinas e Filipinas – continham mecanismos de criminalização da homossexualidade, especificamente prevendo pena de morte por fogo aqueles que a exercessem<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Liberdade e direitos sexuais – o problema a partir da moral moderna. In: RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 59.

<sup>41</sup> LOPES, J. R. L. *Obra citada*. p. 59.

<sup>42</sup> BORRILHO, D. *Obra citada*. p. 55.

<sup>43</sup> BONFIM, Silvano Andrade. Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte à união estável. a criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. n. 18 – jul./dez. 2011 p. 78

A alteração profunda que se procede nas legislações nacionais, no entanto, não faz desaparecer o interdito a homossexualidade. Borrillo afirma que “o silêncio dos Códigos Penais[*franceses*] – de 1791 e, em seguida de 1810 – é acompanhado tanto por uma jurisprudência particularmente repressiva contra os homossexuais quanto por um aparato médico-psiquiátrico extremamente violento” <sup>44</sup>. No Brasil, a supressão destes dispositivos consolidou a tendência de secularização da repressão penal, partindo da separação entre crime e pecado. Mas, novamente aqui se verifica mesmo: o viés liberal das codificações do Império não fez cessar a repressão em torno das sexualidades. Destaca-se aqui, com especial atenção, o artigo 379 do Código Penal republicano, promulgado em 1890. Este artigo prescrevia: “disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios o seu e trazê-los publicamente para enganar: Pena – de prisão celular por quinze a sessenta dias” <sup>45</sup>. Ou seja, ainda que os códigos que se seguiram às ordenações fossem tidos por “abolidores dos crimes imaginários”, resquícios da moral sexual religiosa sobreviveram por longo período no ordenamento jurídico brasileiro. A homossexualidade passou a ser criminalizada apenas implicitamente visto que a abertura interpretativa dada por alguns termos do código permitia que a polícia e o judiciário seguissem prendendo e condenando homossexuais.

Para além destes resquícios da moral judaico-cristã no ordenamento brasileiro, parece se confirmar a tese de Foucault de que, com a consolidação da burguesia no poder, a lei não deixa de atuar como instância reguladora das sexualidades, mas passa a articular-se com outras. Neste primeiro momento, recorre principalmente a medicina na determinação das causas e possíveis respostas a homossexualidade.

Entende-se que, no que tange a homossexualidade, a busca por um fundamento médico na criminalização da homossexualidade, marca o “crepúsculo dos juízes”, na segunda metade do século XIX, seguido de uma “manhã dos médicos” <sup>46</sup>. De acordo com Leonardo Machado, “é na fronteira entre a prática

<sup>44</sup> BORRILLO, D. *Obra citada*. p. 55.

<sup>45</sup> GREEN, James; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos – Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006, p. 78-79.

<sup>46</sup> MACHADO, Leonardo Diogo Cardoso Nogueira. *Patologização do desejo: o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal do Brasil das décadas de 1940 e 1950*. 2010. 92 f. Monografia de conclusão de curso. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

jurídico-punitiva e a prática psiquiátricoterapêutica que o corpo homossexual foi definido e institucionalizado. Este corpo começou a ser desenhado na relação complexa e conflituosa de médicos, juristas e policiais.”<sup>47</sup>.

No Brasil, entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX houve, certamente, uma sobreposição entre as imagens de “criminoso” e “louco” sobre os corpos dos homossexuais. Desde o começo do século, a autoridade crescente que o judiciário brasileiro concedia aos médicos-legistas na emissão de pareceres quanto a sanidade mental de homossexuais, desencadeou um processo de autonomização da medicina como campo apto a “tratar” a homossexualidade. Como corolário da ideia de que a homossexualidade é uma enfermidade, assumiu-se que a reprimenda penal não é suficiente para sua dominação e passou-se a propor métodos refinados de “cura”, “reversão”, “controle” da homossexualidade.

Não faltam exemplos para evidenciar as tentativas de médicos em afirmar-se como detentores do discurso legítimo sobre a sexualidade. De pareceres a obras extensas, dezenas de médicos foram chamados ao processo penal para explicar a homossexualidade. Visto que, neste momento, a “secularização” do direito penal parecia haver se completado, não fazia mais sentido condenar um homossexual em razão do “pecado” em que incorrer. Mas, sim, faria sentido impor-lhe a reclusão a um manicômio judiciário fundamentada num parecer científico que atestasse sua enfermidade.

Além das obras de Hernani Irajá (“Psicoses do amor”, de 1917), de Leonídio Ribeiro (“Homossexualismo e endocrinologia”, de 1930), de Afrânio Peixoto (“Sexologia Forense”, de 1934), de Antônio Carlos Pacheco e Silva (“Psiquiatria clínica e forense”, de 1940), de Jorge Jaime (“Homossexualismo Masculino”, de 1947), de Napolão Teixeira (“Psicologia Forense e Psiquiatria Médico-Legal”, de 1957), ou seja, de uma extensa bibliografia correlata ao direito e medicina, há relatos de dezenas de casos penais em que o parecer médico foi decisivo para a sua resolução.

O caso mais emblemático é o de Febrônio Índio do Brasil. Acusado, com base em fracos elementos probatórios, pela autoria do homicídio de dois jovens – Alamiro José Ribeiro e João Ferreira – Febrônio foi preso no final de agosto de 1927. Como relata Leonardo Machado:

---

<sup>47</sup>MACHADO, L. D. C. N. *Obra citada*.p. 40

A Promotoria se debruçou sobre o passado criminal e moral de Febrônio tão logo levantada a suspeita de sua responsabilidade no caso. Corruptor, esturpador, possível feiticeiro, sádico e homossexual, Febrônio Índio do Brasil parecia carregar consigo a criminalidade desde a infância. Primeiramente interrogado por seu crime, Febrônio passou, a partir da intervenção médica, a ter a sua personalidade analisada.

Chocante por sua brutalidade e incompreensibilidade, o caso Febrônio mobilizou juizes, advogados, médicos legistas e psiquiatras. De fato as ideias e teorias de muitos médicos brasileiros passaram a ser conhecidas do grande público e foram aplicadas a partir do momento em que foram convocados a se pronunciar sobre o destino de Febrônio, protagonista do primeiro grande caso de sadismo no Brasil”<sup>48</sup>

O caso de Febrônio também foi analisado minuciosamente pelo já citado Leonídio Ribeiro, que colecionou em sua obra “Homossexualismo e endocrinologia” uma enorme quantidade de material sobre o acusado. James Green e Ronald Polito destacam que, da obra de Leonídio Ribeiro, deduz-se “a ligação elaborada pelo conhecimento médico-legista entre raça, sadismo, homossexualidade, profecia espiritual, insanidade e criminalidade, justificando o isolamento de Febrônio no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro”<sup>49</sup>. Febrônio, homem negro e de extensa ficha criminal, que durante toda a sua vida viu-se às voltas com o sistema de justiça, foi acusado também de ter esturpado os dois meninos e de ter tatuado no corpo deles palavras e signos místicos em que cria. Em 1926, o acusado havia decodificado em um livro, que publicou com muito custo dada a sua precária condição financeira, sua doutrina, bem como dava explicação às tatuagens que tinham em seu corpo e que foram encontradas nos corpos dos meninos<sup>50</sup>.

O advogado de Febrônio, crendo que a, em tese, alegada insanidade mental de seu cliente poderia livrá-lo do encarceramento, levantou esta tese no curso do processo. O juiz então requereu que fossem produzidos laudos e pareceres para avaliar a condição psíquica do réu. Através da atividade do médico psiquiatra Heitor Carrillo, nomeado pelo juiz para formular estes laudos e que acompanhou a instrução processual, percebe-se como Febrônio situou-se “na fronteira entre crime

<sup>48</sup> MACHADO, L. *Obra citada*. p. 65.

<sup>49</sup> GREEN, J; POLITO, R. *Obra citada*. p. 120.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*.

e loucura, sendo sujeito de dois modelos de intervenção social; o modelo jurídico-punitivo e o modelo psiquiátrico-terapêutico”<sup>51</sup>.

Chamam atenção as conclusões a que chega o médico Heitor Carrillo em seu laudo:

Febrônio é portador de uma psicopatia constitucional caracterizada por desvios éticos, revestindo a forma de loucura moral e perversões instintivas, expressas no homossexualismo com impulsões sádicas, estado esse a que se juntam ideias delirantes de imaginação, de caráter místico<sup>52</sup>

Este pequeno excerto do laudo de Heitor Carrillo evidencia que se procedeu a um exame exaustivo da pessoa Febrônio em busca das justificativas de seu comportamento. A criminalidade e a sexualidade desviantes que expressava foram então elementos que determinaram sua reclusão psiquiátrica por 57 anos. O acerto deste caso penal mostra assim a adesão do direito brasileiro às teorias de Cesare Lombroso acerca do criminoso nato: Febrônio foi punido menos pelos fatos que praticou do por uma biografia marcada pela “loucura moral”.

Como conclui Leonardo Machado, o caso de Febrônio Índio do Brasil revela a tensão da disputa entre os saberes médico e jurídico pela autoridade para determinar quem é o louco, o criminoso, o homossexual:

Esta múltipla intervenção de saberes distintos sobre o corpo homossexual é ao mesmo tempo causa e consequência de um movimento de superposição da ideia de loucura e crime em um momento onde os médicos tentavam afirmar seu poder e legitimidade em discursar sobre a sorte de certos indivíduos.

(...) o corpo homossexual se constituiu como um objeto privilegiado na luta de influência entre o saber médico e o saber jurídico. Ora, o caso de Febrônio é um bom exemplo de que no Brasil da primeira metade do século XX esta luta de influência existiu. O desfecho do caso é representativo não só destas disputas como do processo de afirmação da autoridade dos médicos na República brasileira<sup>53</sup>.

Ao que parece, a partir da primeira metade do século XX em diante consolida-se a preeminência do saber médico nas questões concernentes a loucura, mas, também, a homossexualidade, principalmente em sua relação com o Direito.

<sup>51</sup> MACHADO, L. *Obra citada*. p. 67.

<sup>52</sup> GREEN, J; POLITO, R. *Obra citada*. p. 120-122.

<sup>53</sup> MACHADO, L. *Obra citada*. p. 71.

Há que se ressaltar, nesse sentido, que a única forma expressa de criminalização da homossexualidade que ainda se sustenta no Brasil, constante no artigo 235 do Código Penal Militar, também se apoia, na jurisprudência, no saber médico-científico. Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, autora de minuciosa pesquisa acerca da conjuntura dos direitos sexuais da população LGBT na jurisprudência nacional toma como exemplo o caso julgado no Habeas Corpus nº 54.482/SP de 1976. A autora ressalta a manifestação do ministro relator do *habeas corpus* como síntese da compreensão do Superior Tribunal Militar sobre a homossexualidade:

O ministro Thompson Flores – relator, na época, - não conheceu do recurso, mas ‘apenas para argumentar’ proferiu consideração sobre a prova pericial que examinava o ânus do militar, considerado pela perícia como ‘infundibuliforme, duvidoso’, o que para o Tribunal foi considerado prova irrefutável da homossexualidade do indiciado<sup>54</sup>.

A leitura do referido acórdão traz a tona a ideia de abjeção que está ligada a homossexualidade e cujas marcas corporais são capazes de constituir indícios de diferenças materiais entre homossexuais e heterossexuais<sup>55</sup>. Desse modo, se o sujeito não declara sua sexualidade ou se não reproduz trejeitos “afeminados” – o que autorizaria o senso comum a deduzir disso sua homossexualidade – deveria haver então meios de esquadrihar seu corpo em busca de evidências da sua sexualidade. O fato de o ministro Thompson Flores ter assumido como prova incontestada de “pederastia” o exame pericial realizado no réu são representativas não somente da complementaridade do saber médico a atuação do judiciário, mas não exemplo de que o homossexual, como afirma Foucault<sup>56</sup>, é reduzido a sua sexualidade; e que a sexualidade do homossexual masculino é reduzida ao coito anal.

Com esta exposição, se quer sublinhar que a relação que o direito estabelece com as sexualidades dissidentes, mas mais amplamente com o sexo não reprodutivo, é desde a sua gênese, voltada para a interdição. Verifica-se isto tanto na estrutura do Direito de Família, organizado sobre uma matriz heterossexual, em que se parece buscar explicitar a dicotomia ontológica homem/mulher e assim tornar

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. *Direitos sexuais de LGBT\* no Brasil*: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013, p. 79.

<sup>55</sup> OLIVEIRA, R. M. R. *Obra citada*. p. 80

<sup>56</sup> FOUCAULT, M. *Obra citada*.

invisíveis ou marginalizar aquilo que para o Direito aparecem com condutas desviantes, anômicas e assegurar a normalidade das sexualidades, quanto na ainda patente pauta de descriminalização das sexualidades desviantes em diversos países.

No entanto, a partir da organização de mulheres, lésbicas e gays e pessoas trans\* ao mesmo tempo em que ainda se defende uma pauta de negativa, seja de descriminalização ou de despatologização, emerge, ainda timidamente, um corpo de direitos nomeados genericamente como direitos da sexualidade, orientando uma pauta positiva no reconhecimento da cidadania da população LGBT.

## 2. SAÚDE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS: PROMESSAS E DEBILIDADES DOS DIREITOS SEXUAIS

A busca pelo desenvolvimento de uma teoria e uma prática consistentes dos direitos sexuais, na perspectiva dos direitos humanos, responde a demanda pela criação de “bases para uma regulação jurídica que supere as tradicionais abordagens repressivas que caracterizam as intervenções jurídicas nestes domínios [da sexualidade]”<sup>57</sup>. Há que se ressaltar, entretanto, que, tanto do ponto de vista teórico-político quanto do ponto de vista da dogmática jurídica, a formulação acerca dos direitos sexuais ainda é incipiente. Nas palavras de Richard Parker,

“é importante enfatizar (...) o quanto esse fenômeno[*a emergência dos direitos sexuais*] é realmente “novo”: antes de 1993, nenhum instrumento relevante para os direitos humanos fazia qualquer referência à sexualidade ou aos direitos sexuais. Em resumo, antes de 1993 (apesar das preocupações significativas associadas à sexualidade e à saúde sexual já há algum tempo), a sexualidade simplesmente não existia como parte do discurso internacional sobre direitos humanos”<sup>58</sup>

Nesse sentido, muitos pesquisadores, como Roger Raupp Rios, Richard Parker, Sonia Correa, Rosalind Petchesky, entre outros, tem indicado a necessidade de se construir uma estrutura teórica e política, de pensamento e de ação, que seja capaz de embasar uma resposta global, e que aponte num sentido emancipatório, para as questões envolvendo a sexualidade e os direitos humanos. Especificamente no que tange à saúde sexual, é possível constatar a urgência de se avançar no desenvolvimento de direitos sexuais no plano internacional, que contribuam para a fundamentação de políticas públicas nos planos nacionais e que estejam orientados para a emancipação e não para o controle.

Para tanto, neste capítulo pretendemos, primeiramente, traçar um breve histórico da emergência dos direitos sexuais como pauta para os movimentos de gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans\*, bem como os fundamentos éticos sobre os quais repousam as formulações mais difundidas acerca dos direitos sexuais,

<sup>57</sup> RIOS, Roger Raupp. Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade. In: RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007, p. 15.

<sup>58</sup> PARKER, Richard. Direitos sexuais: conceitos e ação. In: PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 114.



para, em seguida, apresentar um panorama geral do reconhecimento jurídico destes direitos e, por fim, levantar algumas questões acerca de seus pressupostos.

## 2.1 A INVENÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS

Primeiramente é preciso afirmar que os direitos sexuais têm diversos pontos de contato e grandes áreas de intersecção com o direito a saúde e com os direitos reprodutivos. Por exemplo, em que pese a necessidade de se entender o direito ao tratamento médico para as pessoas que vivem com HIV/aids como um direito a saúde, há que se compreender que a epidemia de aids mobilizou uma série de discursos e práticas, sobretudo em sua primeira fase, na década de 1980, que incidiram fortemente sobre a sexualidade de diversos grupos no sentido de modificar práticas sexuais, de moldar novas demandas dos movimentos gay e lésbico, de conformar novas subjetividades. Essa proximidade, que numa primeira aproximação já nos parece evidente, no entanto, não se constata na prática destes direitos. Hoje, sobretudo no quadro do sistema global de proteção de direitos humanos, ou seja, nas instâncias e órgãos da ONU, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, além de se encontrarem em diferentes graus de desenvolvimento, guardam certa tensão entre os grupos que advogam pelo reconhecimento destes direitos.

Entretanto, a disparidade no desenvolvimento destes dois grupos de direitos – que não se excluem – não pode conduzir a constatação de que o campo de lutas em que os grupos que se organizam em torno da construção de um marco jurídico democrático para as diversas sexualidades e identidades de gênero não diferentes. Em diversos momentos, mulheres heterossexuais, lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans\*, em conjunto, constituíram uma coalizão em prol do reconhecimento da sexualidade como dimensão da existencial da pessoa humana, em oposição a setores mais conservadores que também atuam em escala global.

Pode-se dizer, hoje que, as primeiras noções de direitos sexuais defendidas no âmbito internacional foram centradas nos direitos reprodutivos, acerca dos quais

o movimento de mulheres detinha vasto acúmulo teórico e político<sup>59</sup>. Estes direitos dizem respeito especificamente a proteção da mulher contra violações como a mutilação genital, o abuso e a violência sexual, o tráfico sexual de mulheres, entre outros. Os direitos sexuais também são tributários de demandas relativas a saúde sexual das mulheres como o acesso ao aborto legal e seguro, a informação quanto a métodos contraceptivos e quanto a saúde obstétrica.

Como narra Andrea D'Atri, durante a década de 1970,

Frente a um cenário marcado por greves econômicas e políticas, lutas contra a opressão nacional, manifestações estudantis, das minorias negras e homossexuais e o poderoso movimento contra a guerra imperialista no Vietnã, as mulheres entram em cena na política internacional. Um número cada vez maior de mulheres passa a participar de campanhas pelo direito ao aborto e aos anticoncepcionais, pelo estabelecimento suficiente de creches, contra toda restrição legal à igualdade<sup>60</sup>.

Assim, as lutas do movimento de mulheres, que já haviam gerado algumas conquistas nos planos nacionais, agora se transformam em pauta de uma luta transnacional. Vale ressaltar que antes dos anos 70, de forma pontual e ainda fragmentada, mulheres de diversos países conseguiram garantir seu direito ao aborto. Na Espanha, em 1936, com a vitória eleitoral de uma Frente Popular e em meio a uma ampla onda de greves e ocupações de terra, legaliza-se o direito ao aborto<sup>61</sup>. Na Rússia, entre 1917 e 1926, com a revolução proletária de outubro de 1917, as mulheres tiveram o direito ao aborto legal<sup>62</sup>. Contudo, foi a partir das amplas mobilizações das mulheres na Europa ocidental, desencadeadas pela contestação dos costumes no final da década de 1960, que a pauta dos direitos reprodutivos adquire repercussão internacional.

José Reinaldo de Lima Lopes atribui a emergência das demandas por direitos reprodutivos “a radical mudança de hábitos sexuais provenientes da industrialização de meios contraceptivos”<sup>63</sup>.

<sup>59</sup> PARKER, Richard; GARCIA, Jonathan. From Global Discourse To Local Action: The Makings Of A Sexual Rights Movement? In: *Horizontes Antropológicos*. Vol. 3, Porto Alegre, 2007, p. 21.

<sup>60</sup> D'ATRI, Andrea. *Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. (tradução Marina Fuser e Miriam Rocco). São Paulo: Edições Iskra, 2008, p. 107.

<sup>61</sup> Idem, p. 82.

<sup>62</sup> D'ATRI, A. *Obra citada*. p. 91.

<sup>63</sup> LOPES, J. R. L. *Obra citada*. p. 54.

Meios de concepção tornaram-se relativamente baratos e acessíveis em escala industrial a grandes parcelas da população. Essa mudança radical permitiu em larga escala a dissociação da atividade sexual regular tanto da reprodução quanto das disciplinas anteriores, em forma de rigidez da fidelidade conjugal, perpetuidade dos laços matrimoniais e necessidade de a atividade sexual ser reduzida aos limites dos casais juridicamente casados<sup>64</sup>

Portanto, a partir do surgimento de novos recursos médicos que possibilitaram tanto a realização de abortos provocados mais seguros para a mulher, como também mais precisão na detecção de problemas na saúde da mãe ou no desenvolvimento do feto durante a gestação, abriu-se uma série de possibilidades para a concretização do aborto legal e seguro.

Esta demanda do movimento de mulheres pela garantia de seus direitos sexuais, que tomou as ruas de cidades na Alemanha e na França<sup>65</sup>, encaminhou-se progressivamente, nos anos 80, para a reivindicação de que a saúde da mulher e, posteriormente, os direitos reprodutivos da mulher fossem incluídos nos documentos das Nações Unidas e nas pautas de outros fóruns internacionais.

Como narram Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila,

No Brasil, assim como no resto do mundo, até meados da década de 1980, a noção de saúde integral da mulher era o conceito utilizado para articular a “questão da mulher”, aspectos relacionados à reprodução biológica e social às premissas de direitos de cidadania. “Saúde da mulher” surgiu como uma estratégia semântica para traduzir, em termos de debate público e propostas de políticas, o lema feminista da década de 1970: “nosso corpo nos pertence”<sup>66</sup>

Ou seja, como ressalta Laura Mattar, “formulação do conteúdo dos direitos reprodutivos teve início, pois, em um marco não-institucional, de desconstrução da

<sup>64</sup> LOPES, J. R. L. *Obra citada*. p. 54.

<sup>65</sup> Na França, 5 de abril de 1971, 343 mulheres notórias assinaram uma declaração pública em que afirmam já haver abortado. Esta declaração foi intitulada “Eu abortei! – Declaração das 300 sem-vergonhas da França” e está reproduzida na obra de Andre D’Atri, aqui citada. O documento é introduzido com o seguinte texto: “Um milhão de mulheres abortam a cada ano na França. O fazem em condições perigosas devido à clandestinidade e por essa razão são condenadas quando esta operação, praticada sob controle médico, é mais simples. Temos mantido silêncio sobre essas milhões de mulheres. Declaro que sou uma delas. Declaro que fiz um aborto. Assim como reivindicamos o livre acesso aos métodos contraceptivos, reivindicamos o aborto livre”. (D’ATRI, A. *Obra citada*. p. 183-186).

<sup>66</sup> CORRÊA, Sônia, ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos – pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 19.

maternidade como um dever, por meio da luta pelo direito ao aborto e anticoncepção em países desenvolvidos”<sup>67</sup>.

Já em meados dos anos 80, contudo, acontece uma inflexão terminológica e se passa ao uso mais corrente do conceito “direitos reprodutivos” em substituição a “saúde de mulher”. O termo “direitos sexuais”, proposto pelas mulheres feministas norte-americanas, firmou um novo consenso global de que este termo seria mais adequado e completo para “traduzir a ampla pauta de autodeterminação reprodutiva das mulheres”<sup>68</sup>.

Do ponto de vista dos organismos internacionais, as campanhas feministas transnacionais, durante os anos 80, foram de grande importância na luta pelos direitos humanos das mulheres – especificamente seus direitos reprodutivos – bem como as campanhas contra a violência contra a mulher, no sentido de introduzir a “sexualidade” no “léxico” dos direitos humanos dentro das Nações Unidas<sup>69</sup>. Este movimento, que teve suas primeiras repercussões em 1993 e subsequentes desdobramentos em 1994 e 1995, abriu espaço para possibilidade de reconhecimento dos direitos sexuais.

Contudo, há que se reconhecer também que a ampliação e o aprofundamento do conteúdo dos direitos sexuais foram impulsionados, igualmente, pelo ativismo de gays, lésbicas e de pessoas vivendo com HIV/aids que perspectivavam inserir nos documentos internacionais a diversidade sexual e o prazer sexual como importantes dimensões do ser humano a serem reconhecidas política e juridicamente. Grande parte deste esforço para estruturar os direitos sexuais foi realizado especialmente por grupos de feministas lésbicas que “paulatinamente (...) incluíam, na agenda cotidiana do movimento, a discussão sobre questões relacionadas a temas como visibilidade e liberdade de expressão, autonomia sobre o corpo e saúde, conjugalidades e direitos civis”<sup>70</sup>, questões que não eram pautadas pela maioria dos grupos que debatiam a intersecção entre a saúde da mulher e os direitos humanos.

---

<sup>67</sup> MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. In: *Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, Ano 5, nº 08, junho 2008, p. 63 (p. 61-83).

<sup>68</sup> CORRÊA, S.; ÁVILA, M. B. *Obra citada*. p. 20

<sup>69</sup> CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind; PARKER, Richard. *Sexuality, health and human rights*. New York: Routledge, 2008, p. 168.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, R. M. R. *Obra citada*. p. 9.

Os esforços realizados nos últimos 20 anos, para se dar forma aos direitos sexuais, entretanto, ainda não foram suficientes para afirmar o conteúdo destes direitos. Por óbvio, a ausência de documentos internacionais que assentem um consenso acerca dos direitos sexuais contribui. Ademais, o parco desenvolvimento dos direitos sexuais só foi possível na medida em que foram demandados na forma de direitos negativos. Em outras palavras, havia entre os movimentos sociais a compreensão de que reivindicar o fim da violência e do abuso tornaria mais fraca a resistência dos setores conservadores a inclusão dos direitos sexuais no rol dos direitos humanos. Como afirmam Correa, Petchesky e Parker,

Negative rights – those that involve prohibitions of egregious harm, whether by government agents or private parties – are often seen as more conservative than affirmative rights, since their achievement requires fewer material resources or structural changes (...). While we agree with this view, the history of UN debates none the less shows that formal recognition of sexual wrongs is not only crucial in itself but is also a necessary step toward the incorporation of sexuality as a basic domain of human ethics and affirmative rights. Negative and affirmative rights are inseparable.<sup>71</sup>

Com isto tem-se uma primeira aproximação dos fundamentos dos direitos sexuais. Em consonância com a citação anterior, pode-se afirmar que os direitos sexuais não são estritamente um conjunto de liberdades pessoais (ao menos não podem ser compreendidos de tal maneira). A concretização destes direitos não envolve unicamente a não interferência do Estado na esfera da sexualidade, mas exige o cumprimento de “responsabilidades públicas”<sup>72</sup>. Ou seja, na tipologia dos direitos fundamentais, os direitos sexuais são também direitos sociais que, portanto, para a sua concretização, dependem de prestações positivas do Estado. Este entendimento de que os direitos de sexualidade são direitos, a um só tempo, negativos e afirmativos (ou positivos) é compartilhada por autores como Roger Raupp Rios, Sonia Correa e Rosalind Petchesky.

<sup>71</sup> “Direitos negativos – aqueles que envolvem proibições de violações, seja por agentes do governo ou por entes privados – são frequentemente vistos como tendentes a conservar circunstâncias e não a afirmar direitos vez que a concretização destes direitos demanda recursos materiais e mudanças estruturais. (...) Ao passo em que concordamos com este ponto de vista, a história dos debates na ONU mostra contudo que o reconhecimento formal das sexualidades desviantes não é apenas crucial em si mesma mas também é um passo necessário rumo a incorporação da sexualidade como um domínio básico da ética humana e de direitos positivos. Direitos negativos e positivos são inseparáveis” (tradução livre) (CORRÊA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. Obra citada. p. 168).

<sup>72</sup>“CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, nº 6. p. 147-177, 1996, p 159.

Roger Raupp Rios entende que a abordagem dos direitos sexuais deve levar em conta a necessária relação entre democracia, cidadania e direitos humanos. Colocando como horizonte estratégico o livre exercício responsável da sexualidade, Rios propõe como princípios orientadores dos direitos da sexualidade a liberdade, a igualdade e a dignidade. Entretanto, liberdade e igualdade não são entendidos como abstrações, mas como dois princípios que se articulam e que constituem pontos de partida do qual desdobram-se diversos direitos. Num paralelo com a terminologia dos “direitos negativos/direitos positivos”, Rios propõe que o reconhecimento de liberdade e igualdade como “defesas no direito da sexualidade” e como “meios positivos de promoção nos direitos da sexualidade”<sup>73</sup>. Segundo o autor, “liberdade e igualdade como defesas” têm por referência princípios básicos dos direitos humanos e dos direitos constitucionais clássicos, os direitos humanos de primeira geração.

Na esfera da sexualidade as liberdades “clássicas” assumiriam a forma do “direito à liberdade sexual, à autonomia sexual, integridade sexual e à segurança do corpo sexual; direito a privacidade sexual; direito ao prazer sexual; direito a expressão sexual; direito a associação sexual; direito às escolhas reprodutivas”<sup>74</sup>. Por outro lado, os “meios positivos de promoção no direito da sexualidade”, estariam inseridos entre os direitos humanos de segunda geração, ou seja, que buscam, por meio de direitos positivos e políticas públicas, materializar a liberdade e a igualdade. Estes direitos seriam, por exemplo, o acesso à educação sexual e reprodutiva, a serviços de saúde, a uma política de segurança que seja adequada ao enfrentamento da violência, entre outros.

De forma muito similar, Correa e Petchesky propõe uma base ética para os direitos sexuais formada sobre quatro princípios: integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade. As autoras argumentam, entretanto, que “os direitos sexuais compreendidos como ‘liberdades privadas’ não têm sentido especialmente para os grupos mais pobres e privados de direitos”. Há a compreensão de que o pleno exercício destas liberdades, que também compõe os direitos sexuais, carece de determinadas condições. Para as autoras estas

---

<sup>73</sup>RIOS, R. R. *Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade*. p. 25

<sup>74</sup>RIOS, R. R. *Obra citada*. p 26

condições são os direitos sociais, que concretizam o “bem-estar social, a segurança pessoal e a liberdade política” <sup>75</sup>.

Entendemos, portanto, com estes autores, que é premissa para a estruturação dos direitos sexuais que estes se articulem com políticas públicas. Para além disso, debateremos mais adiante as possibilidades e limites que uma abordagem dos direitos sexuais que parta dos princípios clássicos dos direitos humanos.

## 2.2. O PANORAMA DOS DIREITOS SEXUAIS NA ARENA INTERNACIONALE NO BRASIL

No âmbito das Nações Unidas, o reconhecimento da sexualidade da mulher como dimensão existencial de necessária proteção, sob a perspectiva dos direitos humanos, se deu pela primeira vez em 1993. Em junho daquele ano realizou-se em Viena a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, na qual foi produzida a “Declaração e Programa de Ação de Viena”. Mais tarde, em dezembro do mesmo ano, foi publicada a “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres da Assembleia Geral”. Ambos os documentos condenam expressamente a violência de gênero e as violações de direitos humanos correlatas aquela. A importância destes documentos é incontestável: pela primeira vez a palavra *sexualidade* era incorporada ao texto de um documento de direitos humanos.

O resultado da Conferência, a Declaração e Programa de Ação de Viena, expressa o sucesso da articulação das ativistas feministas pelos direitos humanos das mulheres, visto que a declaração afirma expressamente a necessidade de se atentar para as violações dos direitos humanos das mulheres, especialmente da violência contra a mulher<sup>76</sup>. O texto do documento afirma: “os direitos humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”. Mais adiante o texto especifica: “A

<sup>75</sup>CORREA, S.; PETCHESKY, R. *Obra citada*.p. 149-150.

<sup>76</sup> GIRARD, Françoise. Negotiating sexual rights and sexual orientation at the UN. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; CORREA, Sônia; SEMBER, Robert. *SexPolitics: Reports from the frontline*, SexualityPolicyWatch. Disponível em [www.sxpolitics.org/frontlines/home/index.php](http://www.sxpolitics.org/frontlines/home/index.php). Acesso em 28/10/2014.

violência baseada no sexo da pessoa e todas as formas de assédio e exploração sexual, (...), são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas”<sup>77</sup>.

Rafael de la Dehesa, no entanto, é mais pessimista quanto ao sucesso “estreia” do sexo e da sexualidade no palco das Nações Unidas. O autor afirma que, desde a conferência de Viena, a estrutura que envolveu a construção dos direitos sexuais os colocou na posição de extensão da liberdade de associação e de expressão, atrelando os direitos sexuais a direitos negativos e não a afirmação de direitos associada ao prazer e a completude das experiências das sexualidades<sup>78</sup>. Por outro lado, Correa, Petchesky e Parker reconhecem que as cláusulas “anti-violência” abriram as portas para uma linguagem mais afirmativa nos documentos subsequentes<sup>79</sup>.

No ano seguinte, o Programa de Ação do Cairo, resultado Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, passa a ser tido como um divisor de águas para a construção dos direitos sexuais. Parker e Garcia enfatizam que o documento da Conferência do Cairo de 1994 não só incluiu a proteção das mulheres contra a violência, mas acenou para a construção de direitos sexuais positivos<sup>80</sup>.

Françoise Girard, citando o depoimento de Gloria Careaga, membro da delegação mexicana na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, sublinha que, antes do Cairo, praticamente não havia qualquer debate transnacional acerca dos direitos sexuais. Careaga, enfatizando a fraca organicidade do ativismo para as disputas nas Nações Unidas, afirma que boa parte das ativistas pela saúde das mulheres pensava que os direitos sexuais estavam relacionados estritamente a direitos de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans\*, enquanto as ativistas lésbicas afirmavam ser os direitos sexuais, também, direitos de todas as mulheres<sup>81</sup>.

Precedido de intensas negociações e debates, embora o documento do Cairo não conceitue os direitos sexuais, nem sequer os mencione, as dezenas de

---

<sup>77</sup>DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. Viena, 25 de junho de 1993. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: 28/10/2014.

<sup>78</sup> DE LA DEHESA, Rafael. *Sexual Modernities: Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil*, Durham: Duke University Press, 2010. p. 3.

<sup>79</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. *Obra citada*. p. 169.

<sup>80</sup> PARKER, R.; GARCIA, J. *Obra citada*. p. 27.

<sup>81</sup> GIRARD, F. *Obra citada*. p. 133.



referências a “sexo” e a “sexualidade” provocaram uma abertura ainda maior no discurso das Nações Unidas acerca da sexualidade.

A despeito da exclusão dos “direitos sexuais” do texto final, outro passo importante foi dado no Programa de Ação do Cairo: em seu parágrafo 7.2,o documento define a saúde sexual e reprodutiva:

**7.2 A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer.** Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que deem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio. De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. **Isto inclui também a saúde sexual cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis.** (grifo nosso)<sup>82</sup>

Esta definição de saúde sexual, inserida no final do parágrafo, claramente impulsiona uma ampliação do conceito de saúde reprodutiva: a sexualidade sadia da mulher não estaria mais atrelada estritamente a seu direito de decidir, mas também de ter uma vida sexual satisfatória. Mas mesmo a inserção discreta da saúde sexual no documento gerou controvérsias entre o ativismo dos direitos humanos. Girard é precisa ao afirmar que as restantes referências que o Programa de Ação do Cairo faz a sexualidade estão enquadradas na perspectiva da heterossexualidade, da doença e da violência<sup>83</sup>. Assim, apesar do modesto reconhecimento das mulheres como seres sexuais e não somente reprodutivos, a leitura do Programa de Ação do Cairo deixa evidente o predomínio do reconhecimento das relações heterossexuais,

<sup>82</sup>RELATÓRIO DA CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Cairo, Setembro de 1994. Disponível em [www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf). Acesso em 28/10/2014.

<sup>83</sup> GIRARD, F. *Obra citada*.p. 333.

com ênfase na proteção em detrimento do prazer, e na responsabilidade em detrimento da liberdade<sup>84</sup>.

Os textos produzidos a partir das conferências e Viena, em 1993, e do Cairo em 1994 são, sem dúvida, marcos importantíssimos na afirmação dos direitos sexuais. Entretanto, a Plataforma de Ação de Pequim, da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, é amplamente considerada como o momento de maior avanço na luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos.

Merece destaque o parágrafo 96 do documento:

**96. Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência.** A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências.<sup>85</sup> (grifo nosso)

Este reconhecimento explícito da sexualidade das mulheres como dimensão de suas existências a ser protegida pelos direitos humanos foi marcado por disputas mais acirradas do que as se deram em Viena e no Cairo, nos anos anteriores. Se por um lado o ativismo havia atingido um grau de organicidade superior aos momentos anteriores, havendo conseguido inserir nos debates preparatórios a Conferência de Pequim a questão da saúde sexual e da sexualidade, por outro lado, os adversários do reconhecimento dos direitos sexuais também estavam preparados para disputar o conteúdo do documento<sup>86</sup>. O Vaticano e seus aliados – principalmente os governos de países de maioria muçulmana – polarizaram com os grupos de ativistas feministas em torno da presença do termo “direitos sexuais” no texto final:

A negociação na Conferência de Pequim também foi complicada: de um lado, as mulheres e, do outro, o Vaticano e seus aliados. Este, também representado por um grupo de mulheres norte-americanas denominado de “Coalizão para a Família e as Mulheres”, segundo relato de Rosalind Petchesky, distribuiu um panfleto intitulado Direitos Sexuais e Orientação

<sup>84</sup>CORREA, S.; PETCHESKY, R; PARKER, R. *Obra citada*. p. 169.

<sup>85</sup>DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. Pequim, Setembro de 1995. Disponível em: [www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf). Acesso em 28/10/2014.

<sup>86</sup>GIRARD, F. *Obra citada*.p. 333.

Sexual: o que realmente significam essas palavras, associando “essas palavras” não apenas com a homossexualidade, o lesbianismo, as relações sexuais fora do casamento e entre adolescentes, mas também com “pedofilia”, “prostituição”, “incesto” e “adultério”. Soma-se a este esforço organizado o fato de, meses antes da Conferência, ter sido veiculada coincidentemente a encíclica *Evangelium Vitae* em que “o papa condena as ideias e práticas que garantem autonomia reprodutiva e sexual, associando-as com uma ‘mentalidade hedonista que se recusa a aceitar responsabilidades em assuntos ligados à sexualidade’ e com um ‘conceito egocêntrico de liberdade’”. Assim, justifica-se o desaparecimento na versão final da Plataforma de Pequim da expressão “direitos sexuais”, que estava em seu rascunho, e nunca terem surgido os termos “orientação sexual” e “lésbicas e gays”. Apesar disso, ressaltou-se, foi possível aprovar o histórico parágrafo 96, com reserva da Santa Sé, que não se comprometeu com sua implementação.<sup>87</sup>

Apesar do fortalecimento, nos anos seguintes, das posições “hiperconservadoras” que advogam contra o reconhecimento dos direitos sexuais, bem como pelo aumento dos casos de violação de direitos humanos em razão dos confrontos bélicos protagonizados pelos países imperialistas, nas Conferências que se seguiram – Cairo+5, Cairo+10, Pequim+5 e Pequim+10 – os grupos organizados de ativistas foram capazes, ao menos, de assegurar a manutenção da posição alcançada nos anos 90<sup>88</sup>.

Em 2007, contudo, diante da perda da perspectiva da construção de um documento que afirme explicitamente os direitos sexuais como direitos humanos, foram apresentados ao Conselho de Direitos Humanos, em sua quarta reunião, os “Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. Trata-se de um esforço conjunto de vários juristas e especialistas em direitos sexuais no sentido de organizar um conjunto de princípios que apresente aos Estados recomendações para a promoção dos direitos da população LGBT<sup>89</sup>.

Este documento ainda permanece, como todos os outros, no plano das recomendações aos países membros da ONU. No entanto, a sistematização constante nos Princípios de Yogyakarta, significou importante passo na compreensão dos direitos sexuais como direitos humanos. Ao afirmar que “os seres humanos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos”, fazendo referência implícita

<sup>87</sup> MATTAR, L. *Obra citada*. p. 72.

<sup>88</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. *Obra citada*. p. 171.

<sup>89</sup> PRINCÍPIOS YOGYAKARTA. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em 31/10/14.

aos artigos 2 e 7 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Princípios de Yogyakarta faz inserir definitivamente os direitos sexuais no rol dos direitos humanos, afastando qualquer pretensão de fazer dos direitos sexuais um conjunto de direitos apartado da totalidade dos direitos humanos.

Em 2008 outro avanço, ainda tímido, é marcado pela Declaração A/63/635, lida na 63ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Essa declaração revela a preocupação de um pequeno grupo de países com a sistemática violação de direitos humanos a que gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans\* estão submetidos em diversos países e reafirmam a universalidade dos direitos humanos.

A retomada dos esforços para a construção de uma resolução sobre os direitos da população LGBT só serão bem sucedidos em 2011, quando foi aprovada a primeira resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que aborda a temática da orientação sexual e da identidade de gênero. Esta resolução, nº 17/19, de julho de 2011, em seguimento a Declaração e Programa de Ação de Viena, condena a “violência e a discriminação, em todas as regiões do mundo, cometidas contra indivíduos em razão de sua orientação sexual e sua identidade de gênero”. A citada resolução também prepara o terreno para a consolidação da retomada deste debate no âmbito das Nações Unidas ao propor a elaboração de um relatório acerca das diversas formas de criminalização da homossexualidade e painéis de debate do tema. Ainda mais recentemente, no dia 24 de setembro de 2014, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma segunda resolução. A resolução reitera a condenação a toda forma de violência em razão da orientação sexual e da identidade de gênero e saudou todas as medidas tomadas pelos governos, nos planos nacional e regional, para minorar este tipo de violência.

As disputas em torno dos documentos produzidos no âmbito das Nações Unidas parecem ajudar na localização da correlação de forças, no plano internacional. A estagnação no desenvolvimento do arcabouço jurídico necessário para a fundamentação dos direitos sexuais pode levar a conclusão resignada de que a redação do parágrafo 96 da Conferência de Pequim, em 1995, parece ser a melhor linguagem possível que os grupos de mulheres e LGBTs poderiam alcançar neste momento histórico<sup>90</sup>. No entanto, há que se ter em conta que observar o desenvolvimento dos direitos sexuais, centrando a análise apenas nos textos e

---

<sup>90</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. *Obra citada*. p. 171.

documentos de consenso entre as nações, obnubila os ganhos que as articulações entre grupos e movimentos trouxeram para as mulheres e LGBTs de todo o mundo.

Os debates que foram desencadeados pelas conferências e pelos documentos formulados em meados dos anos 90 repercutiram em diversas esferas. No que diz respeito aos organismos internacionais, foram emitidos diversos relatórios e resoluções que reconheciam a responsabilidade de diversos Estados no que se refere a saúde sexual e reprodutiva, mas mais amplamente a responsabilidade na promoção da cidadania sexual das pessoas LGBT. Por exemplo, recentemente, quatro relatórios do Comitê sobre Tortura da ONU condenaram o tratamento dispensado aos presos da Baía de Guantánamo fazendo clara referência a princípios de direitos sexuais e reprodutivos<sup>91</sup>.

O cenário bastante distinto, do ponto de vista normativo, verifica-se no âmbito do sistema regional de proteção aos direitos humanos, ou seja, da Organização dos Estados Americanos. O significativo avanço no reconhecimento dos direitos sexuais no reflete o protagonismo de alguns países da América do Sul, como Brasil e Argentina nos fóruns internacionais. A Organização dos Estados Americanos, não apenas reconheceu reiteradas vezes a gravidade da violência perpetrada contra sujeitos em razão de sua sexualidade e/ou identidade de gênero<sup>92</sup>, como tem buscado forjar os instrumentos necessários para o monitoramento e concretização destes direitos.

No Brasil, após a Constituição brasileira de 1988, alguns “dispositivos constitucionais (...) fornecem bases sólidas e terreno fértil para o reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos”<sup>93</sup>. O texto constitucional brasileiro consagra a abertura a novas realidades e normativas na busca por dar acolhida a um leque amplo de relações sociais. Esta abertura fica expressa no artigo 5º, § 2º e 3º que prescrevem que: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Assim,

---

<sup>91</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R; PARKER, R. *Obra citada*. p. 171.

<sup>92</sup>Recentemente, em junho de 2011, a Assembleia Geral da OEA exarou resolução em que, remetendo a resoluções anteriores, condena “os atos de violência, bem como as violações de direitos humanos de pessoas, em decorrência de sua orientação sexual e identidade de gênero, e instar os Estados a prevenir e a investigar esses atos e a assegurar às vítimas a devida proteção judicial, em condições de igualdade, bem como que os responsáveis enfrentem as consequências perante a justiça”.

<sup>93</sup> RIOS, R. R., *Obra citada*, p. 20

em que pese ainda não estejam estruturados os direitos sexuais na forma de um tratado, sua recepção pelo ordenamento jurídico brasileiro tem campo aberto.

Ademais, o Brasil tem cumprido um papel progressivo nos fóruns internacionais. Correa, Petchesky e Parker relatam que antes em quatro oportunidades, entre 2003 e 2004, nas reuniões da Comissão de Direitos Humanos em Genebra, o país tentou propor emissão de uma resolução sobre direitos humanos e orientação sexual, mas sem sucesso em razão da precária articulação em torno de tal resolução<sup>94</sup>. O Brasil ainda é referência na política de distribuição de antirretrovirais como política para população de soropositivos.

Em síntese, é preciso ressaltar que mesmo os avanços recentes na estrutura normativa dos direitos sexuais ainda carece, como sugere Roger Raupp, de intenso estudo e sistematização<sup>95</sup>, bem como de políticas públicas a serem desenvolvidas pelos Estados no sentido de concretizar as orientações dos direitos sexuais.

### 2.3 DIREITOS SEXUAIS PARA ALÉM DO HETEROSSEXISMO E DO INDIVIDUALISMO?

A luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais na arena do direito internacional é marcada pela disputa entre setores conservadores – como o Vaticano e a Organização para a Cooperação Islâmica (OIC) – e o ativismo feminista e LGBT. Como citado anteriormente, a posição da Santa Sé e de outros estados que se opunham a existência de referência explícita a sexualidades nos documentos da ONU, bem como intensificação das denúncias de violações de direitos humanos em todo o mundo contribuíram para a diminuição do ritmo de desenvolvimento destes direitos. Como narramos brevemente, o mau êxito do Brasil quando, entre 2002 e 2003, o país advogou pela aprovação de uma resolução sobre direitos humanos e orientação sexual, deveu-se também a forte oposição de setores conservadores da ONU. Naquela oportunidade, como relata Françoise Girard, a delegação brasileira

<sup>94</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R; PARKER, R. *Obra citada*. p.172; GIRARD, F. *Obra citada* p. 342-351.

<sup>95</sup> RIOS, R. R., *Obra citada*, p. 20

pode ver a Santa Sé corroborar o argumento do Paquistão, que falava em nome da OIC de que a resolução proposta pelo Brasil poderia, tacitamente, “legalizar” a pedofilia<sup>96</sup>.

Mas a centralidade que reivindicação por direitos humanos, e por consequência, por direitos sexuais, assumiu para grande parte do ativismo LGBT também enfrenta a oposição das posições críticas do marxismo e pessimistas das correntes do pensamento pós-moderno. Estas posições buscam desvendar em diversos níveis o projeto de poder e de sociedade que está imbricado no discurso dos direitos humanos. Assim, busca-se revelar as origens liberais e individualistas dos direitos humanos, sua pretensão de universalidade que solapa as diferenças, seus usos racistas e neocoloniais na inferiorização do “Outro”, etc.

O leque de críticas a teoria e a prática dos direitos humanos é amplo, mas aqui o esforço será centrado em problematizar a teoria e a prática hegemônica dos direitos humanos no campo da sexualidade, principalmente quanto ao seu caráter acentuadamente heteronormativo e assimilacionista mas também quanto ao seu viés individualista, cujo eixo é o projeto de consolidação de uma cidadania sexual.

A crítica marxista dos direitos humanos encontra seu primeiro impulso na obra de Karl Marx e Friedrich Engels. Estes autores, longe de rejeitarem abstratamente os direitos humanos, como fizeram os defensores do stalinismo, buscaram recuperar dos direitos humanos o seu potencial crítico. Como sintetiza José Damião de Lima Trindade,

Marx não sustentou uma postura meramente abstrata-estática (metafísica) “contra” os direitos humanos desfraldados pela burguesia. Era bem mais do que isso: desvelou seu caráter de classe, sua redução ao homem burguês, sua adequação à conservação dos interesses dessa nova classe dominante – portanto, sua insuficiência e sua impropriedade para abrir a passagem à emancipação humana integral e universal (o comunismo). A ultrapassagem histórica do direito (logo, dos direitos humanos) e do Estado, mais do que negação simples, aponta para a superação dialética, tanto da sociedade civil, porque fundada no interesse privado e na desigualdade real, quanto do Estado, seu correlato político/público entronizador de uma igualdade meramente imaginária<sup>97</sup>.

<sup>96</sup> GIRARD, F. *Obra citada* p. 343-344

<sup>97</sup> TRINDADE, José Damião de Lima. *Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels*. 243f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010, p. 219.

Esta insuficiência não significa que os direitos humanos são dispensáveis. Há que se reconhecer que desde o tempo de Marx os direitos humanos já não são mais os mesmos. Ainda que sejam muito desuniformes entre os diversos países – sobretudo os direitos econômico-sociais - os direitos humanos, na forma como hoje estão configurados, são produto também de um longo trajeto histórico de lutas das classes oprimidas que forçaram a incorporação de outros direitos no rol dos direitos humanos<sup>98</sup>. Hoje, os direitos humanos vão para além dos clássicos direitos civis (liberdade, igualdade, propriedade e segurança) e políticos (sufrágio e elegibilidade) e acolhem direitos sociais, direito a saúde, à moradia, à segurança alimenta, entre outros

(...) a partir da segunda metade do século XX, outros setores sociais oprimidos bateram-se também, tanto pela ampliação dos direitos civis (contra a discriminação racial, de gênero e de idade, pela criminalização da tortura, proteção a refugiados e migrantes etc.), como pelas reivindicações relativas a direitos indivisíveis concernentes a coletividades e a direitos difusos de toda a humanidade, os chamados direitos da solidariedade (paz, desenvolvimento, preservação do meio-ambiente, proteção de identidades culturais, resguardo do patrimônio cultural da humanidade etc.). E, perpassando essas várias dimensões contemporâneas dos direitos humanos, a tendência mais recente caminha no sentido de buscar a especificação de tais direitos, isto é, no sentido de serem estabelecidas no direito internacional, e incorporadas ao direito interno dos países, garantias que contemplem necessidades de grupos específicos avaliados como mais vulneráveis: mulheres, minorias étnicas, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais, livre expressão sexual etc.<sup>99</sup>

O caráter apenas parcialmente emancipatório dos direitos humanos conformam, ainda, outras limitações e fronteiras. A reivindicação acrítica pela cidadania, por exemplo, pode ignorar as exclusões sobre as quais se construiu este conceito. Como bem advertem Corrêa, Petchesky e Parker, desde a sua origem na Grécia Antiga até as democracias liberais contemporâneas, a ideia de cidadania está intrinsecamente ligada a conformação de fronteiras entre cidadãos e não-cidadãos, entre público e privado, entre “virtude” e “desvio”.

Nesse sentido, pode-se dizer que a reivindicação tentativa de incorporar a sexualidade e a diversidade sexual na estrutura de direitos oportunizaria adicionar a cidadania civil, política, social, a cidadania sexual. Argumenta-se que inserir a

<sup>98</sup> TRINDADE, J. D. L. *Obra citada*. p. 219.

<sup>99</sup> TRINDADE, J. D. L. *Obra citada*. p. 221.



cidadania sexual como uma das dimensões da cidadania permitiria abrir o debate acerca da estaticidade dos limites entre o público e o privado<sup>100</sup>. No entanto, como exposto acima, a “cidadania sexual” como suporte para direitos sexuais não seria atravessada por direitos sociais? Seria possível conceber um rol de direitos vinculados a cidadania sexual que estaria apartado da dinâmica dos direitos sociais?

Corrêa, Petchesky e Parker, a partir das obras de Foucault e Agamben, chamam atenção para o fato de que, diante de uma conjuntura de crise tendencial dos direitos humanos, cada vez mais uma parcela maior da população mundial é lançada em situações de violação de direitos humanos. Ou seja, diante de uma tendência de estagnação e, quiçá, de retrocessos na garantia dos direitos humanos, não é mais possível reivindicar acriticamente a ideia de cidadania sem voltar os olhos para sujeitos que foram destituídos de qualquer direito: os “suspeitos” na guerra contra o terrorismo, os refugiados, os imigrantes “ilegais”, as vítimas do tráfico de pessoas, as/os trabalhadoras/es do sexo<sup>101</sup>.

The rhetoric of citizenship is problematic precisely because it ignores the masses of militarized and globalized bodies confined to states of exception, whether through the ravages of war or those of capitalista development. And, let us be perfectly clear, included here also are those whose very humanity is called into question because they fail to conform to normative standards of gender or sexual truth – gays and lesbians, transgender and intersex people, sex workers, queer and ‘promiscuous’ youth<sup>102</sup>.

Diante disso, deve-se reconhecer que diversos discursos que demandam reconhecimento de direitos sexuais apenas reforçam padrões, valores e normas fortemente associados a família nuclear heterossexual. Nesse sentido é que Roger Raupp Rios e Rosa Maria Rodrigues de Oliveira apontam, por exemplo, a lógica assimilacionista dos precedentes judiciais que deferem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

<sup>100</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. *Obra citada*. p. 155

<sup>101</sup> Idem. p. 159

<sup>102</sup> “A retórica da cidadania é problemática precisamente porque ignora as massas de corpos militarizados e globalizados que estão confinados em estados de exceção, seja através da destruição das guerras ou da advinda do desenvolvimento capitalista. E, para sermos perfeitamente claros, estão incluídos aqui aqueles cuja própria humanidade é posta em questão porque eles fracassaram em conformar-se a padrões normativos de gênero ou de sexualidade – gays e lésbicas, transgêneros e intersex, trabalhadoras do sexo, pessoas *queer* e a juventude ‘promíscua’” (tradução livre). CORREA, S.; PETCHESKY, R.; PARKER, R. *Obra citada*. p. 159.

O reconhecimento dos direitos depende da satisfação de predicados como comportamento adequado, aprovação social, reprodução de uma ideologia familista, fidelidade conjugal como valor imprescindível e reiteração de papéis definidos de gênero. Daí inclusive a dificuldade de lidar com temas como prostituição, travestilidades, liberdade sexual, sadomasoquismo e pornografia<sup>103</sup>.

A mesma lógica assimilacionista já estava presente também nas primeiras reivindicações pelo reconhecimento de direitos sexuais. Como mencionamos anteriormente, todos os documentos produzidos no interior das Nações Unidas que mencionam a saúde sexual estão confinados nas fronteiras do casamento heterossexual e da reprodução.

Entretanto, apesar das críticas a que os direitos humanos são submetidos, eles ainda são os melhores instrumentos disponíveis entre grupos da sociedade civil organizada para reivindicar justiça social<sup>104</sup>. Os direitos humanos e sua formulação em documentos internacionais têm produzido estruturas sobre as quais grupos organizados de mulheres e LGBTs podem reivindicar seus direitos e responsabilizar os Estados nacionais frente à omissão na concretização destes direitos<sup>105</sup>. Os direitos humanos ainda funcionam como ponto de partida para processos de subjetivação de grupos socialmente excluídos. Seja porque muitos grupos se articulam em torno da reivindicação de direitos, seja porque inserem estes torna estes grupos em sujeitos titulares de direitos.

---

<sup>103</sup> RIOS, Roger Raupp & OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. "Direitos Sexuais e Heterossexismo: identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil". In: MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume/ Fapes, 2012, p. 245-276.

<sup>104</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R; PARKER, R. *Obra citada*. p.152

<sup>105</sup> Idem. p.153

### 3. HIV/AIDS, SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS: O CASO DO BRASIL

A emergência da epidemia de aids, no início dos anos 80, incitou uma rápida repatologização e remedicalização das sexualidades. Logo nos primeiros meses após a identificação dos primeiros casos de HIV entre homens homossexuais, a doença misteriosa doença já era tratada como “câncer gay”. Pouco mais tarde, e de modo precipitado, a comunidade científica a rebatizou de GRI (“Gay Related Immundeficiency” ou Imunodeficiência Gay Adquirida). Apesar da posterior correção no nome da doença, que no final no mesmo ano passou a ser chamada de aids (Acquired Immundeficiency Syndromme ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), a relação entre sexualidade e doença já estava estabelecida<sup>106</sup>. Esteban Andres Garcia, citando Judith Butler, observa que as denominações iniciais para a aids como “peste gay”, “peste rosa”, “câncer gay”, podiam soar como pleonasma: “a aids era a peste da peste”<sup>107</sup>. Foi como patologizar aquele que já era tido por doente.

Nos primeiros anos após a emergência da aids, a ausência de políticas públicas que respondessem ao avanço da epidemia contribuíram para a concentração da incidência do HIV nas populações homossexuais<sup>108</sup>. Pelúcio e Miskolci relatam que a aids parecia ser o “Holocausto gay”:

“Ao invés dos campos de concentração, a proposital falta de políticas públicas ou tratamento durante os primeiros anos da epidemia, sobretudo nos Estados Unidos. Ao invés da perseguição política e militar, a marcação da população por meio de políticas de saúde centradas nos testes, no controle e no “tratamento”. Ao invés do encarceramento em campos, a exposição a processos contínuos de estigmatização, solidão e individualização”<sup>109</sup>

<sup>106</sup> PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. Número 1, 2009.

<sup>107</sup> GARCIA, Esteban Andres. Políticas e prazeres fluidos masculinos: barebacking, esportes de risco e terrorismo biológico. In: DÍAZ-BENITEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 543

<sup>108</sup> Idem, ibidem.

<sup>109</sup> PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. *Obra citada*. p. 136

Foi também sob o impacto da epidemia que, na década de 1990, seria formulada, no interior das instâncias da ONU, a noção de saúde sexual, com a intenção de se dar uma resposta global a epidemia de aids.

Mas passado o primeiro momento, e tendo os governos sido levados pelas pressões sociais a tomarem alguma atitude diante da aids, as políticas públicas, fazendo uso do medo da morte, são instrumentalizadas em favor do controle, da domesticação, da higienização. Nas palavras de Miskolci e Pelúcio, “a epidemia permitiu o reforço da norma heterossexual que servira como modelo para patologizar as sexualidades dissidentes desde fins do século XIX”<sup>110</sup>. A retirada da homossexualidade do rol de doenças mentais da Associação de Psicólogos Americanos, em 1973, foi uma conquista simbólica, fruto das pressões dos grupos do movimento de gays e lésbicas em meio a um processo intenso de liberalização dos costumes. No entanto, este ponta pé inicial na despatologização da sexualidade não significou a extinção da interferência das ciências médicas na sexualidade. Assim que se apresentou ao mundo uma nova possibilidade de retomar a estratégia de patologização das sexualidades, a aids, todo o saber e o aparato médico-científico foi mobilizado para “homossexualizar” oHIV/aids.

É diante deste processo de repatologização e de controle que se ergue a atual política para aids que aqui chamaremos, como sugerem Pelúcio e Miskolci, de “modelo oficial preventivo para HIV/aids”, ou seja, “o conjunto de procedimentos e da linha teórica metodológica adotado pelo Programa Nacional de aids”, uma adaptação regional do discurso formulado no plano internacional. Buscaremos explorar aqui as nuances que o modelo preventivo adquiriu no Brasil, bem como demonstrar que este modelo incorpora concepções morais e patológicas acerca da homossexualidade o que faz com que predomine nesta política seu viés discriminatório, em desalinho aos princípios que orientam a construção dos direitos sexuais.

---

<sup>110</sup> PELUCIO, L.; MISKOLCI, R. *Obra citada*. p. 132

### 3.1. O DISPOSITIVO DA AIDS E O RETORNO DA PATOLOGIZAÇÃO: A CRIAÇÃO DO RISCO SOCIAL

A estreita relação entre sexualidade e medicina não surgiu com a aids. Como afirma Perlongher, “as relações entre homossexualidade e medicina são promíscuas”<sup>111</sup>. Vale lembrar que o próprio “termo” homossexualidade foi cunhado no interior do campo médico-científico. Miskolci, ao sublinhar o papel fundamental da medicina na produção da imagem de gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans\* como “sujeitos perigosos”, retoma o momento histórico em que a homossexualidade foi enunciada pela primeira vez:

Tudo começou em 1869, quando, diante da eminente criminalização das relações sexuais entre homens na Alemanha, o médico húngaro Karoly Maria Benkert escreveu uma carta-protesto na qual empregou pela primeira vez o termo **homossexual**. No ano seguinte, o psiquiatra alemão Carl Westphal publicou o texto *As sensações Sexuais Contrárias*, no qual descrevia a nova identidade social a partir da “inversão” que definiria sua sexualidade e, a partir dela, seu comportamento e caráter. Dessa forma, o homossexual passou a ser visto como uma verdadeira espécie desviada e passível, portanto, de controle médico-legal<sup>112</sup>. (grifo nosso)

Não cabe neste trabalho percorrer todas as explicações que a medicina buscou dar a homossexualidade. Mas é válido retomar a narrativa exposta por Michel Foucault no primeiro volume da “História da Sexualidade”. Nesta obra Foucault afirma que o homossexual, tal como o conhecemos hoje, como um personagem com traços próprios de identidade, não existia antes do século XIX. Este personagem foi construído há cerca de dois séculos como um ser patológico. Do suposto silêncio acerca da sexualidade que se instaurou nas codificações liberais, emergiu a necessidade de outra técnica de identificação das perversões sexuais, através da medicina.

---

<sup>111</sup>PERLONGHER, Néstor. *O Que é Aids*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 77

<sup>112</sup>MISKOLCI, Richard. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay”. *Cadernos Pagu*, nº 28, jan-jun/2007. Campinas: Unicamp.

Este saber médico-legal emerge no momento em que a medicina passa a ganhar autoridade em questões de saúde e doença e espaço para traçar os contornos entre normalidade e patologia. Num esforço que significou a tentativa de “medicalizar” a velha ideia de sodomia<sup>113</sup>, médicos alemães e também ingleses buscaram colocar a sexualidade em termos de perversão e doença intentando livrá-la da repressão criminal. Borrillo ressalta que “da exclusão à qual estes personagens foram submetidos durante o Antigo Regime, passa-se, com o triunfo da burguesia, para uma qualificação mais racional, mais ‘científica’ dos invertidos”. Em vez de excluí-los a medicina, diferente do direito, oferece a possibilidade de “cura”. Esta cura, por óbvio, tem a finalidade de promover a adaptação destes sujeitos à norma heterossexual. O mesmo volta a acontecer a partir da epidemia de aids. Néstor Perlongher levanta a hipótese de que o dispositivo da AIDS não esteja voltado “tanto a extirpação dos atos homossexuais, mas à redistribuição e controle dos corpos perversos, fazendo do homossexual uma figura asséptica e estatutária”<sup>114</sup>.

Pelúcio e Miskolci, inspirados em Néstor Perlongher, retomam o que significa um dispositivo para Michel Foucault: um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas e morais”. O dispositivo da aids seria, portanto, um conjunto de práticas e discursos que operam sobre os corpos produzindo saberes e poderes. Os autores explicam que o “dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades. No caso da aids, são subjetividades marcadas pela culpa e pela impureza, sintetizadas nos seus desejos tomados como ameaçadores da ordem”<sup>115</sup>.

O discurso preventivo, contido no modelo oficial de combate a epidemia de HIV/aids – que aqui denominamos “dispositivo da aids” - apesar de ser formulado em instâncias de poder centralizadas em escala global, como é o caso da UNAIDS – Programa Conjunto de aids das Nações Unidas, é veiculado, no plano nacional, por diversos atores como gestores públicos e ativistas políticos em geral. Por óbvio, o Programa Nacional de DST/aids não é a reprodução mecânica do modelo global,

---

<sup>113</sup> BORRILLO, D. *Obra citada*.p. 65.

<sup>114</sup> PERLONGHER, N. *Obra citada* p. 77.

<sup>115</sup> PELUCIO, L; MISKOLCI, R. *Obra citada*. p. 131.

mas uma adaptação regional que preserve os fundamentos preventivos e epidemiológicos daquele<sup>116</sup> que ressoa em diversos países.

Este modelo oficial preventivo para HIV/aids está fundamentado em categorias que reforçaram a ideia de que a sexualidade e o desejo, mais especificamente nas relações homossexuais, são “perigosas”. Pautado pelos conceitos de “risco”, “vulnerabilidade” e “protagonismo”, o discurso acerca do HIV-aids foi extremamente bem sucedido, como pontuamos anteriormente, em associar a homossexualidade a um vírus mortal criando, assim um enorme pânico sexual. A atenção excessiva sobre a homossexualidade e mais especificamente sobre o sexo anal como a prática mais perigosa entre as existentes (segundo Perlongher, com a aids, “aanalidade entra em jogo! Os olhos da ciência voltados ao ânus!”<sup>117</sup>), demorou-se alguns anos até que a vigilância que incidia sobre os homossexuais fosse estendida a outras “populações chave”<sup>118</sup>, como usuários de drogas injetáveis e trabalhadoras do sexo.

A atenção exclusiva que se destinou aos homens homossexuais como principal grupo de propagação do HIV/aids, revelam a primeira limitação do paradigma homofóbico em que se assenta o modelo preventivo. Como ressalta Richard Parker, o modelo preventivo, ao abordar o fenômeno da aids estritamente a partir do ponto de vista epidemiológico, ignora os aspectos não biológicos que determinam as populações de maior incidência de soropositividade. Para o autor, a pesquisa em aids, nos anos 80, caracteriza-se por um

extremo empirismo, que, na ausência de uma teoria mais convincente para a explicação da sexualidade humana e da diversidade sexual, tem se dedicado quase que exclusivamente a registrar frequências de comportamentos em grupos específicos da população<sup>119</sup>

<sup>116</sup> PELUCIO, L; MISKOLCI, R. *Obra citada*. p. 131.

<sup>117</sup> PERLONGHER, N. *Obra citada*. p. 77.

<sup>118</sup> Esta terminologia, que se apoia na categoria do “risco” ainda está vigente no discurso de organismos internacionais. O último documento lançado pela OMS, de julho de 2014, intitulado “Diretrizes consolidadas para prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidado para populações ‘chave’”, define estas populações como “grupos definidos que, devido a comportamentos específicos de alto risco, estão expostos a maior risco de adquirir HIV independente do tipo epidêmico e do contexto local”

<sup>119</sup> PARKER, Richard. A construção social e cultural do risco sexual, ou como fazer pesquisa (sobre sexualidade) em uma epidemia. In: PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.p. 15.

Este tipo de pesquisa, que toma o desejo como um dado natural, descolado de intersecções com a classe, o gênero e a raça destes grupos, não permitiu, a boa parte dos pesquisadores da época, a visualização de outros contornos da epidemia. Poder-se-ia dizer que, a aids foi estudada, procurada e, então, encontrada em homossexuais. O fato de os primeiros casos de aids terem sido relatados entre gays de São Francisco, na Califórnia, e de Nova Iorque, foi determinante para que os estudos sobre aids tomassem como eixo de pesquisa a perversa homossexualidade masculina.

Ora, então, se aids foi primeiramente relatada entre gays, estudada a partir de gays, porque o financiamento para o aprofundamento das pesquisas seria orientado para o estudo de algo além da homossexualidade masculina? Parker comenta que, “na década de 80 era virtualmente impossível encontrar financiamento para estudos de questões obviamente importantes como o comportamento sexual das mulheres e sua relação com o HIV/aids”<sup>120</sup>. Há pouco mais de dez anos, Regina Maria Barbosa já constata a complexidade multifacetada da epidemia no século XXI:

A epidemia brasileira tem se caracterizado por um rápido processo de mudança de seu perfil, combinando diferentes padrões de transmissão do vírus: transmissão sanguínea, pelo compartilhamento de seringas e agulhas contaminadas; transmissão homo e bissexual – formas que, ao lado da transmissão pela transfusão de sangue (atualmente controlada), marcaram o início da epidemia – mesclam-se a uma acelerada expansão da transmissão heterossexual<sup>121</sup>

Foi ainda durante a primeira fase da epidemia que consolidou-se a noção de práticas sexuais de risco. À época, em oposição ao “sexo de risco”, oferecia-se, então, o “sexo seguro”. Diante destes eminentes “riscos”, a medicina passa a prestar alguns conselhos a quem quisesse se prevenir do contágio, como reduzir o número de parceiros, visto que pela lei da probabilidade, os mais promíscuos estariam mais expostos ao risco; evitar o contato com o esperma; abster-se do atos que proporcionariam maior possibilidade de contágio (todos aqueles atos que envolvem troca de secreções). Perlongher relata que algumas recomendações feitas à época

<sup>120</sup> PARKER, R.A construção social e cultural do risco sexual, ou como fazer pesquisa (sobre sexualidade) em uma epidemia. p. 22

<sup>121</sup> BARBOSA, Regina Maria. Um olhar de gênero sobre a epidemia de aids. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 341.



do início da epidemia aconselhavam inclusive deslocar o eixo da relação sexual entre dois homens do esfíncter – e da penetração anal por consequência – para a masturbação<sup>122</sup>.

Estas recomendações que, em síntese, prescreviam o fim do gozo para os homossexuais, foram acompanhadas de mecanismos atrozes de culpabilização e de responsabilização individual. Ao sabor da ideologia neoliberal, que começava a pulular em diversos países, o responsável pela disseminação da epidemia passou a ser o indivíduo que, diante do risco e das recomendações sanitárias, não tomava as medidas mais “adequadas”<sup>123</sup>. Ora, a culpa seria mesmo do indivíduo ou seria da norma social que esmaga as sexualidades “perversas” entre a vergonha e o estigma? Ou ainda, a responsabilidade não seria também do Estado visto que a o direito à saúde é direito fundamental?

Assim, não haveria mais problema em o sujeito ser gay, prostituta ou usuário de drogas, desde que assumisse as recomendações preventivas, que se autocontrolasse, autovigiasses, autogovernasse.

Como constata Jamil Cabral Sierra, ao analisar campanhas produzidas pelo Programa Nacional de dst/aids veiculadas em 2002

o discurso da prevenção articula todo um aparato que regulamenta e disciplina o modo como temos de fazer sexo, a fim de, pelo jogo do poder que se esparrama em várias instâncias pedagógicas (mídia, escola, família, Estado...), produzir a monologia sexual, tentar ajustar o gozo dissonante dos homossexuais à heteronormatividade e normalizar os corpos na ordem heterossexual, que agora vem fundida no discurso de “prevenção do corpo”<sup>124</sup>

### 3.2. MOVIMENTO LGBT E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL

Além de conformar subjetividades individualizadas e envergonhadas, a epidemia de aids, através do modelo preventivo, impactou de forma significativa

<sup>122</sup> PERLONGHER, N. *Obra citada*. p. 77.

<sup>123</sup> PELUCIO, L; MISKOLCI, R. *Obra citada*. p. 131.

<sup>124</sup> SIERRA, Jamil Cabral. Corpo, sexualidade e poder: a homossexualidade na mídia e as biopolíticas e prevenção contra a AIDS. *Textura* (Canoas), v. 28, 2013, p. 127.

sobre o movimento LGBT em suas coletividades. De acordo com Miskolci, “as propostas mais profundas e radicais de transformação social perderam o apelo diante do problema da epidemia que reavivou antigos pânicos sexuais”<sup>125</sup>. A epidemia de aids levou a uma reorganização dos grupos orientada sobretudo pela necessidade de articulação em torno da defesa de direitos para estes grupos.

Esta reorganização deu novo formato aos grupos. Como afirmam Regina Facchini e Julio Assis Simões, “do ponto de vista organizacional, passa a preponderar quase definitivamente o modelo de ONGs”<sup>126</sup>. Os autores explicam que orientação estratégica destes grupos pautava-se principalmente pela elaboração de projetos em busca de financiamentos e da formação de quadros políticos capazes de formular políticas públicas<sup>127</sup>. As organizações não governamentais tornam-se, nas palavras de Andrea D'Atri, executoras privilegiadas das políticas públicas dos governos nacionais<sup>128</sup>. Este processo que alguns nomeiam de “onguização” do Estado, ou seja, processo em que, o Estado, sob a égide do neoliberalismo, transferiu parte da responsabilidade com as políticas públicas para ONGs, promoveu um novo processo de subjetivação entre a população LGBT. No entanto, longe de se moralizar a guinada institucional dos grupos de gays e lésbicas promovida pela aids, é preciso ressaltar que o financiamento estatal a ação desses grupos, impulsionou um fortalecimento da militância gay e lésbica organizada:

Muitas organizações receberam recursos públicos, especialmente por meio de editais do Ministério da Saúde, para a realização de atividades de prevenção do HIV/aids junto à população LGBT, o que viabilizou a criação e o funcionamento de dezenas de grupos no país, que passaram a contar com sedes alugadas, aquisição de equipamentos, além de remuneração e profissionalização de parte de suas lideranças<sup>129</sup>.

Revigorada, durante os anos 90 a militância LGBT toma como eixo de suas pautas políticas o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Na opinião de Judith Butler, a luta pelo casamento parece ser uma resposta envergonhada,

<sup>125</sup> MISKOLCI, R. Obra citada. p. 108.

<sup>126</sup> FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, P. 138

<sup>127</sup> Idem, p. 63.

<sup>128</sup> D'ATRI, A. Obra citada. p.138.

<sup>129</sup> MELLO, Luiz; PERILLO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Claudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. Número 9, Dec 2011, p. 18.

principalmente do movimento gay e lésbico, à estigmatização advinda da epidemia de aids:

Faz sentido que o movimento gay e lésbico se volte para o Estado, dada sua história recente: a tendência recente para o casamento gay é, de certo modo, uma resposta à AIDS e, em particular, uma resposta envergonhada, uma resposta na qual a comunidade gay busca desautorizar sua chamada promiscuidade, uma resposta na qual parecemos saudáveis e normais e capazes de manter relações monogâmicas ao longo do tempo<sup>130</sup>.

O alto grau de articulação dos grupos de LGBTs para demandar políticas públicas frente ao Estado, conseguiu impulsionar a estruturação, de modo quase heroico de um dos mais sólidos programas de combate ao HIV/aids. O escandaloso silêncio do Poder Público em torno de políticas públicas de saúde específicas para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que se manteve até 2008, quando, a partir do Plano Nacional de Saúde Integral LGBT, pode ser tomado como exemplo do caráter ainda incipiente dessas políticas. A ausência de políticas públicas específicas para a população LGBT, que vão além da política preventiva de HIV/aids, que concretizem a saúde integral dessas populações mas que também seja transversal a outros direitos como direito a educação, a moradia, ao trabalho, entre outros, exacerba as fragilidades sociais e econômicas dessas comunidades. Os passos lentos com que se caminha rumo a políticas públicas sólidas que concretizem os direitos humanos da população LGBT pode ter como causa a ausência de diplomas legislativos dotados de maior força normativa que dê base a essas políticas. O caráter meramente programático do Programa Brasil sem Homofobia, do Plano Nacional LGBT e do Plano Nacional de Direitos Humanos – 3 coloca limitações para a efetivação destes “compromissos” de governo firmados através destes instrumentos<sup>131</sup>.

Entre as políticas públicas existentes e que atingem a população LGBT, as que primeiro se estruturam no Brasil foram as políticas de prevenção ao HIV/aids, ainda na década de 1980, em razão da pressão dos movimentos sociais

<sup>130</sup> BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *cadernospagu* (21), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2003. p. 239.

<sup>131</sup> MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 27, Número 2, Maio/Agosto 2012.

para que se formassem tais políticas. Materializada pela primeira vez em 1986, no “Programa Nacional de DST e Aids”, a primeira política pública para HIV/aids impulsionou campanhas de prevenção calcadas na ideia de “sexo seguro”, bem como buscava facilitar o acesso a tratamento e medicamentos. Este primeiro momento das políticas públicas de saúde para a população LGBT foi de importância decisiva na contenção do avanço da epidemia e também no fortalecimento de grupos organizados que contribuíram para dar visibilidade às pautas reivindicatórias do movimento LGBT junto a sociedade civil<sup>132</sup>. Entretanto, como ressaltam Pelúcio e Milskoci, ao fazerem um balanço do resultado das políticas oriundas do momento da emergência da epidemia de HIV, o discurso preventivo, que permeia a saúde pública no tocante ao HIV/aids, tem clara abordagem epidemiológica. Ademais, este discurso preventivo não se restringe apenas prevenção da transmissão do HIV, mas guarda em seu bojo a recomendação de práticas, normas, parâmetros e diretrizes que tem como resultado final o reforço da norma heterossexual<sup>133</sup>.

É importante levar em consideração, entretanto, que o modelo preventivo adotado no Brasil é tido como exemplar por outros países. O destaque se deve, especialmente, a política de distribuição de antirretrovirais, que contribuem para reduzir custos com internação e diminuir a mortalidade<sup>134</sup>. Ademais, em abril de 2005, o governo brasileiro recusou cerca de 40 milhões de dólares oferecidos pelo governo Bush para financiar os programas de combate a epidemia de HIV/aids<sup>135</sup>. Esta postura do governo brasileiro pode ter suscitado certo temor entre o ativismo LGBT quanto a continuidade dos programas já consolidados no Brasil. No entanto, o desacordo apresentado quanto às diretrizes para as campanhas evidenciam que é possível política brasileira para a aids. Esteban Garcia afirma que

“(...) a Presidência dos Estados Unidos dedica bilhões de dólares a programas que, sob o título de ‘programas de prevenção’, constituem diretamente – ou seja, sem nenhum rodeio metafórico – monumentais campanhas morais que fomentam a desinformação, estigmatização de qualquer conduta ou orientação sexual que não se enquadre no matrimônio

<sup>132</sup> MELLO, Luiz; PERILLO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Claudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. Número 9, Dec 2011, p. 17.

<sup>133</sup> PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. Número 1, 2009, p. 127.

<sup>134</sup> MELLO, L; et al... Obra citada, p. 19

<sup>135</sup> PELUCIO, L; MISKOLCI, R. Obra citada. p. 129

heterossexual e a propagação da epidemia. (...) Este ‘plano de saúde’ consiste em outorgar fundos a organizações locais, especialmente africanas e americanas, com o requisito obrigatório de aceitar e fomentar os critérios de prevenção da Presidência. Estes consistem especialmente em não priorizar o uso do preservativo (cujo uso só é justificado em casos excepcionais) e, em troca, fomentar a iniciação sexual tardia, a abstinência sexual antes do casamento e a fidelidade matrimonial como estratégias de prevenção prioritárias e quase exclusivas” <sup>136</sup>.

Essas fraturas que podem ter sido provocadas no discurso disciplinador quando da recusa do pacote de ajuda oferecida pelo governo americano não significam a confirmação de uma tendência progressista na política brasileira para HIV/aids. Em primeiro lugar esta recusa deve a militância LGBT que durante muitos anos se empenhou na construção de uma política para HIV/aids que rejeitasse a expressa moralização das sexualidades. Por outro lado, a recusa não representa de modo algum uma ruptura com o modelo oficial internacional, mas tão somente prova que o modelo internacional está apto a passar por algumas adaptações para garantir sua efetividade no plano nacional. Recentemente, em 18 de março de 2014, a ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS lamentou “veementemente o conteúdo do Manual do Treinador, elaborado pela Fifa com o aval dos ministérios da Saúde, Educação e Esportes” que veiculava conteúdo abertamente discriminatório com relação ao HIV/aids, exatamente durante o ano em que se realizou a Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Em nota, a ABIA manifestou-se:

O conteúdo mostra que os especialistas da Fifa tratam as questões relacionadas ao HIV e à AIDS de forma conservadora, uma vez que recomendam aos professores que ensinem às crianças o valor da abstinência sexual e da fidelidade ao parceiro não infectado na prevenção ao HIV e à AIDS.

O documento também utiliza uma linguagem inadequada e desrespeitosa ao associar a expressão “Jogue Limpo” às práticas ditas “saudáveis” na prevenção do HIV/AIDS – o que relembra as campanhas coercitivas do início da epidemia. Em outras palavras, o material faz alusão ao tema como algo “sujo”, menosprezando os direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS. A abordagem infeliz planta o preconceito, a estigmatização e estimula o isolamento social desse grupo <sup>137</sup>.

<sup>136</sup> GARCIA, E. Obra citada. p.557.

<sup>137</sup> ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar. ABIA lamenta material da Fifa que prega abstinência sexual para prevenir o HIV/AIDS. Disponível em:

A nota denuncia, ainda, o estado atual das políticas para aids no Brasil:

Chamamos ainda atenção para o fato de que – aliada à queda da importância da AIDS para o governo brasileiro, refletida na forte influência do conservadorismo da bancada evangélica e forças fundamentalistas nas últimas campanhas – estão em curso grandes retrocessos na política de AIDS no país.

A influência de valores morais religiosos e pseudo científicos, como a defesa da abstinência sexual aliada às teses o preservativo não é o método mais seguro para a prevenção do contágio por HIV<sup>138</sup>, reforçam ainda mais relação conflitiva que a prática médica hegemônica estabelece com os usos concretos do corpo<sup>139</sup>. Por exemplo, o discurso médico alerta para os riscos com qualquer contato com qualquer fluido corporal (sangue, saliva, leite, sêmen) visto que são vias privilegiadas de condução do vírus. No entanto, como relatam Pelúcio e Miskolci, a partir de pesquisa etnográfica, muitos homens que, em segredo mantem relações com outros homens narram a mistura de culpa e desejo que envolve o contato com o sêmen do parceiro sexual. Para muitos, o contato com o sêmen indica uma maior intimidade entre parceiros que desejam maximizar o prazer constrangido entre encontros secretos<sup>140</sup>. Ademais, os autores contam ainda terem constatado a existência de uma percepção diferente entre as travestis acerca do “cuidado” do corpo e a noção de saúde individual propalada pelo modelo preventivo oficial:

[As travestis] não cansam de repetir: “Eu me cuido!” – um cuidado que está fortemente assentado na dedicação ao corpo, pois dele dependem serem travestis. Esses tratos começam com medidas epidérmicas, cotidianamente reiteradas; envolvem ingestão de hormônios e de vitaminas; abrigar-se nas noites frias sem perder o apelo de sedução; autovigiar-se, a fim de modelar a voz e suavizar os gestos; manter-se bronzeada; aprender a tomar bebidas alcoólicas e não se embriagar; dominar técnicas sexuais para lidar com a clientela e garantir mais conforto corporal para si; observar como estão pênis e ânus; fazer a chuca (lavagem anal); cuidar da dieta, garantir a diária. O “cuidar se” das travestis abrange ainda as relações que devem ser mantidas na casa, na rua e “na noite”. Como se vê, esse conjunto de cuidados pouca relação tem com aquele apregoado pelo sistema oficial preventivo.<sup>141</sup>

---

<http://www.abiaids.org.br/noticias/destaqueView.aspx?lang=pt&seq=13217>. Acesso em 21 de março de 2014.

<sup>138</sup> GARCIA, E. A. *Obra citada*, p. 557

<sup>139</sup> PERLONGHER, N. *Obra citada*. p.37.

<sup>140</sup> PELUCIO, L; MISKOLCI, R. *Obra citada*. p.149.

<sup>141</sup> Idem. p. 146.

A percepção de que o cuidado não está relacionado a nenhuma prática preventiva difundida entre os grupos alvo do combate a epidemia de HIV/aids, pelo contrário, de que o uso do preservativo é ainda obstáculo para a obtenção de prazer, contribuem, por um lado, para a esterilização da relação sexual entre pessoas do mesmo sexo e, por outro, para propagação da epidemia. Correa, Petchesky e Parker, relatam que o “Pleasure Project”, um projeto aplicado em países da África e do sul da Ásia, desde 2007<sup>142</sup>, tem buscado incorporar e promover o prazer como elemento de prevenção, aumentando o uso de preservativos. O projeto cataloga uma série de práticas para tornar mais erótico o uso do preservativo com a inserção de tipos diferentes de lubrificantes, bem como técnicas de estimulação sexual. O “Pleasure Project” tem se mostrado, assim, uma iniciativa que rearticular o prazer a prevenção.

---

<sup>142</sup> CORREA, S.; PETCHESKY, R; PARKER, R. *Obra citada*. p.215.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quem diga que com o tratamento através dos antiretrovirais, o pânico sexual que forjou o dispositivo da aids tenha arrefecido, que viveríamos um momento pós-aids. O momento pós-aids, é o momento em que a soropositividade já não mais significa uma sentença de morte. No entanto, ainda pode-se questionar se, apesar dos avanços médicos, o dispositivo não foi extremamente bem sucedido em normalizar as sexualidades a ponto de a estratégia de confinamento das sexualidades nos relacionamentos monogâmicos ter sido vitoriosa?

O dispositivo da aids, é preciso lembrar, é histórico. Este conjunto de práticas, saberes, leis, regulamentos, recomendações que se investiram sobre os corpos dos LGBTs, irá certamente acabar. Contudo, a crença na historicidade do dispositivo da aids e em seu fatal desaparecimento não pode nos lançar no comodismo de não pensar alternativas que desde já livres jovens gays das periferias e travestis que se prostituem – hoje grupos mais interpelados pelo discurso disciplinador do dispositivo do HIV/aids – dos processos de normalização e esterilização das sexualidades.

Um caminho possível é pensar uma política para o HIV/aids a partir dos pressupostos dos direitos sexuais, qual seja, a liberdade de expressão sexual e a não-discriminação. Ademais, é imperativo que esta política democrática das sexualidades, e em consequência, do HIV/aids, parta da experiência concreta das sexualidades e dos corpos. A permanência do paradigma preventivo para HIV/aids, de um modelo que é extremamente permeável a discursos que visam a abolição de certas práticas sexuais ou, ao menos, sua higienização, é um óbice emancipação política e social da população LGBT.

Somente tendo por horizonte a democracia nos direitos da sexualidade é que se poderá gerar instabilidades na hegemonia heterossexista e cavar espaço para a emancipação das sexualidades.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar . ABIA lamenta material da Fifa que prega abstinência sexual para prevenir o HIV/AIDS. Disponível em: <http://www.abiaids.org.br/noticias/destaqueView.aspx?lang=pt&seq=13217>. Acesso em 21 de março de 2014.

BARBOSA, Regina Maria. Um olhar de gênero sobre a epidemia de aids. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Versão Ave-Maria. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006. Edição Claretiana.

BONFIM, Silvano Andrade. Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte à união estável. a criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. n. 18 – jul./dez. 2011.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUSIN, Valéria. Religião, Gênero e Diversidade Sexual: Refletindo Sobre Violência Simbólica e Exclusão. In: COSTA, Horácio (et al) (org.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: EDUSP, 2010.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *cadernos pagu* (21), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2003.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1992. Disponível em: [http://www.vatican.va/archHive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s2cap2\\_2196-2557\\_po.html](http://www.vatican.va/archHive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html). Acesso em: 12/10/2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Parecer sobre o PDC nº 234/2011. Relativo ao parecer do deputado Roberto Lucena (PV/SP) – Comissão de Seguridade Social e Família. Parecer de 12 de abril de 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/confira-o-parecer-contrario-ao-pdc-234/parecer-pdc-234-final/>. Acesso em 13/10/14.

CORRÊA, Sônia, ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos – pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, nº 6. p. 147-177, 1996.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind; PARKER, Richard. *Sexuality, health and human rights*. New York: Routledge, 2008.

D'ATRI, Andrea. *Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. (tradução Marina Fuser e Miriam Rocco). São Paulo: Edições Iskra, 2008.

DE LA DEHESA, Rafael. *Sexual Modernities: Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil*, Durham: Duke University Press, 2010.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. Pequim, Setembro de 1995. Disponível em: [www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf). Acesso em 28/10/2014.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. Viena, 25 de junho de 1993. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: 28/10/2014.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Desejo e Diferença - à guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. trad: Maria Thereza Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GARCIA, EstebanAndres. Políticas e prazeres fluidos masculinos: barebacking, esportes de risco e terrorismo biológico. In: DÍAZ-BENITEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GIRARD, Francoise. Negotiating sexual rights and sexual orientation at the UN. In: PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; CORREA, Sônia; SEMBER, Robert. *SexPolitics: Reports from the frontline*, SexualityPolicyWatch. Disponível em [www.sxpolitics.org/frontlines/home/index.php](http://www.sxpolitics.org/frontlines/home/index.php). Acesso em 28/10/2014.

GREEN, James; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos – Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Liberdade e direitos sexuais – o problema a partir da moral moderna. In: RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MACHADO, Leonardo Diogo Cardoso Nogueira. *Patologização do desejo: o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal do Brasil das décadas de 1940 e 1950*. 2010. 92 f. Monografia de conclusão de curso. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. In: *Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, Ano 5, nº 08, junho 2008.

MELLO, Luiz; PERILLO, Macelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Claudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. Número 9, Dec 2011.

MISKOLCI, Richard. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay”. *Cadernos Pagu*, nº 28, jan-jun/2007. Campinas: Unicamp.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, São Paulo, n.49, março/maio 2001.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religiões e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, nº 2, 2009.

NICOLAS, Jean. *La cuestión homossexual*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1982.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. *Direitos sexuais de LGBT\* no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013.

PARKER, Richard. Direitos sexuais: conceitos e ação. In: PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

PARKER, Richard; GARCIA, Jonathan. From Global Discourse To Local Action: The Makings Of A Sexual Rights Movement? In: *Horizontes Antropológicos*. Vol. 3, Porto Alegre, 2007.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud, Sociedad*. Número 1, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O Que é Aids*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em 27/10/2014.

RELATÓRIO DA CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Cairo, Setembro de 1994. Disponível em [www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf). Acesso em 28/10/2014.

RIOS, Roger Raupp & OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. "Direitos Sexuais e Heterossexismo: identidades sexuais e discursos judiciais no Brasil". In: MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa (orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2012, p. 245-276.

RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Vol. 3, Nº 2, 2011.

RIOS, Roger Raupp. Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade. In: RIOS, Roger Raupp (org.). *Em defesa dos direitos sexuais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SETTI, Ricardo. *MARCO FELICIANO: “VEJA” entrevistou o controvertido deputado-pastor*. Revista Veja On-line, Blog do Ricardo Setti, 21 de maio de 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/veja-entrevistou-o-controvertido-deputado-pastor-marco-feliciano-leia-e-chegue-as-suas-proprias-conclusoes/>. Acesso em 13 de outubro de 2014.

SIERRA, Jamil Cabral. Corpo, sexualidade e poder: a homossexualidade na mídia e as biopolíticas e prevenção contra a AIDS. *Textura* (Canoas), v. 28, 2013.

TRINDADE, José Damião de Lima. *Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels*. 243f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Consolidated guidelines on HIV prevention, diagnosis, treatment and care for key populations*. Disponível em <http://www.who.int/HIV/pub/guidelines/keypopulations/en/>. Acesso em 01/08/2014.